



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 020

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 020

21ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Mensagens	03
Indicações	03
Requerimentos	04
Projetos de Lei	10
Pequeno Expediente:	
Dep. Mauro Moraes	14
Dep. Luiz Claudio Romanelli	15
Dep. Nelson Justus.....	16
Dep. Enio Verri	18
Dep. Tadeu Veneri.....	19
Dep. Antonio Belinati	21
Dep. Fernando Scanavaca.....	23
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri.....	20
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	22
Liderança do PDT	

Dep. Neivo Beraldin	24
Liderança do PMDB	
Dep. Luiz Claudio Romanelli	25
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício	26
Liderança da Oposição	
Dep. Elio Rusch.....	27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	29
Discussão/Votação	
Redação Final	29
3ª Discussão	30
2ª Discussão	30
1ª Discussão	31
Discussão Única (Proposição) ...	34
Requerimentos	37

Encerramento da Sessão38

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça	
Extrato	38
Atas de Comissão	
Constituição e Justiça	38
Direitos Humanos e Cidadania ..	39

Publicações Administrativas:

Minutas de Contratos.....	39
---------------------------	----

DIÁRIO Nº 020

21ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE MARÇO DE 2010**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana,

Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quintero (52).

Ausente o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (01).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 023/10

Curitiba, em 16/03/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas a ser distribuídos deverá ser dividido igualmente para que cada empregado receba a mesma quantia.

É fundamental que se destaque o Princípio Constitucional de Isonomia sempre que se tratar de interesse público, em especial quando se tratar de recursos públicos, visto que são recolhidos aos cofres da administração pelo cidadão.

Em seguida ao atendimento ao interesse público, vem o interesse daqueles que fazem com primor, que a empresa sirva ao interesse público, quais sejam seus empregados.

Com efeito, não é possível se admitir que as empresas públicas sejam feitas de homens e mulheres, paranaenses, que se sujeitam às regras e normas do trabalho imposto e no momento da divisão dos lucros, advindo desse trabalho em comum, este seja reservado num quinhão maior, para poucos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica estabelecido que o montante total a ser distribuído do lucro ou resultados das empresas estatais, deverá ser, igualmente, dividido para que cada empregado receba a mesma quantia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 038/10

SÚMULA:

Sugere a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, a criação do cargo de Agente Educacional de Segurança no Quadro dos Funcionários da educação básica da rede pública estadual do Paraná.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando no que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, propõe as autoridades acima citadas, a criação do cargo de Agente Educacional de Segurança no Quadro dos Funcionários da educação básica da rede pública estadual do Paraná.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Os alunos, professores e funcionários das escolas da rede pública estadual do Paraná têm visto aumentar as ameaças e atos de violência, que tem invadido o pátio e até as salas de aula das unidades de ensino, prejudicando o rendimento pedagógico.

O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná (Lei Complementar nº 123/08) prevê os cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II, cujas atribuições e formações específicas não atendem às necessidades de zelo pela segurança de alunos, professores e demais funcionários.

Portanto, justificamos a presente indicação, tendo em vista que a segurança da comunidade escolar é um dos quesitos fundamentais para uma educação pública de qualidade.

Considerando a relevância da presente indicação legislativa para os municípios de Morretes, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

INDICAÇÃO Nº 039/10

SÚMULA:

Sugere a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, reparos e/ou reformas em geral, em caráter de urgência, na Escola Estadual Dias da Rocha, localizada no Município de Araucária-PR.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando no que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, solicita as autoridades acima citadas, reparos e/ou reformas em geral, em caráter de urgência, na Escola Estadual Dias da Rocha, localizada no Município de Araucária-PR.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Dias da Rocha, localizada no Município de Araucária, possui um número aproximado de 450 alunos. Fundada em 1911 o estabelecimento tem por finalidade ministrar o Ensino Fundamental de 5ª à 8ª série. Dentro do Município é a escola mais antiga e fará 100 anos em 2011. Apesar de sua importância histórica e cultural, a escola passa por sérios problemas estruturais e precisa, com a máxima urgência de reparos e reformas, conforme pedidos já protocolados para este fim.

Apesar de funcionar como dualidade administrativa com a Escola Municipal Centenário, a contribuição realizada pelo Município de Araucária não foi o suficiente para promover as adequações necessárias para o bom andamento e funcionamento da mesma.

Considerando a relevância da presente indicação legislativa para os municípios de Araucária, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 005/09 ao Projeto de Lei nº 831/07, devido a similitude de méritos e baseando-se no artigo 120 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada, por cinco Sessões Plenárias, do Projeto de Lei nº 005/09, que denomina Wallace Thadeu de Mello e Silva o hospital regional de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 616

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, justificativa de ausência na Sessão realizada no dia 15 de março, em virtude de compromissos políticos assumidos no interior do Estado (entrega de ordem de serviço para construção de quadra coberta e Biblioteca Cidadã, no Município de Nossa Senhora das Graças.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 617

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, justificativa de ausência na Sessão realizada no dia 10 de março, em virtude da entrega de ordem de serviço no Município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 630-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 15 ao dia 19 de março do corrente ano, por estar representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em Brasília.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a utilização do plenarinho desta Casa de Leis, no dia 12/05/10, às 9 h, para a realização de Audiência Pública para a discussão da homofobia no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Diego Maciel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Erenei Zoepski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eldri Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alcides de Ávila, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 584

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Augusto Czelusniak, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Ramos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 586

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Arazy Antunes Alves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 587

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aparicio Cheres, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cassimiro Loch, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Castorina de Lima Gonçalves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cristiano Mayer, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Heitor Ramos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 592

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Idualti Cesar Hartmann, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 593

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ilza de Fátima Portela dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 594

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Correia de Arruda, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Odete Stinsky, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 596

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jovane Dias, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 597

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Kopizinski Pedroso, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Tereza Sinclair de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 599

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Airton Labres de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Osvaldo Sebastião Lauer, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Oscar Godin Ribas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 602

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jurmelina Monteiro Pereira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 604

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Tereza Ribeiro Carneiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 605

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luzia Bergmann Ribeiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 606

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Miguel Santos Vargas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosemari Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Neuza da Graça de Oliveira Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 609

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Osvaldo Bonfati de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro Adriano dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Peterson de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 613

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Pastor Jair Lara - Presidente da Primeira Igreja Presbiteriana Renovada de Maringá, pela realização no último dia 14 do Culto de Ação de Graças pelas autoridades.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao homenageado, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 614

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Dr. Carlos Siqueira - Presidente da Fundação João Mangabeira, pela realização do Seminário Internacional: As Experiências Socialistas Chinesa e de Governos de Esquerda em Países Capitalistas.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao homenageado, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Governador Eduardo Campos - Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, pela realização do Seminário Internacional: As Experiências Socialistas Chinesa e de Governos de Esquerda em Países Capitalistas.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao homenageado, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 623

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER envio de

votos de congratulações ao presidente da Sociedade Rural de Umuarama, Sidney Lujan, pela realização da 36ª Expo-Umuarama, ocorrida com grande sucesso entre os dias 4 e 14 de março do corrente ano, conforme cópia de pronunciamento que segue em anexo.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A 36ª Expo-Umuarama/9ª Internacional, realizada entre 4 e 14/03/10, entra na história das exposições, cabendo registrar que dois aspectos foram imprescindíveis para todo esse sucesso. O primeiro deles é a organização o planejamento, o preparo técnico e emocional de toda a equipe liderada pelo presidente da Sociedade Rural de Umuarama, Sidney Lujan, com apoio da Prefeitura Municipal, à frente o Prefeito Moacir Silva. Na abertura do evento contamos com a presença do Senador Osmar Dias (4/3) e na sequência também estiveram visitando a Expo-Umuarama o Vice-Governador Orlando Pessuti, o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, a ex-Presidente do PT, Gleisi Hoffmann, o apresentador da TV Band, Luciano do Valle, entre outras importantes personalidades, haja vista que até o príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança enviou representante.

Foi um evento que marcou época em amplo aspecto, com sucesso nos números e na satisfação demonstrada por visitantes e expositores, além do absoluto sucesso do Mega Rodeio Show. Os números ainda não foram totalmente finalizados, mas podemos adiantar que, mesmo com chuva nos dois últimos dias, a quantidade de visitantes ficou dentro das expectativas, acima dos 270 mil nos 11 dias de exposição. Nos negócios as estimativas foram superadas, ficando acima de R\$ 15 milhões, e nos leilões a comercialização girou em torno de 95%, com venda de animais de excelente qualidade genética, reprodutores P.O., machos e fêmeas para cria, recria e engorda.

A Expo-Umuarama foi uma passarela para mais de 15 raças, entre bovinos, equinos, suínos e caprinos. Cerca de 7 mil e 500 animais participaram nos julgamentos, leilões, rodeios, provas e exposições. Passaram por lá exemplares dos mais avançados resultados da melhoria genética, animais de belíssimo porte, com excelente nível de produção de carne, leite e sêmen. A grande estrela do setor animal da Expo-Umuarama foi certamente o Nerole, a raça predominante na Região Noroeste, que tem o maior rebanho de gado de corte do Paraná. Nos leilões vários lotes foram disputados por compradores que vieram de diversos Estados do País, buscar aqui os melhores exemplares da raça e seus cruzamentos.

A taxa de ocupação nos hotéis de Umuarama ficou acima de 90% nos dias que antecederam e durante a Expo. Praticamente todas as empresa que produzem, comercializaram ou prestaram serviços sentem os reflexos positivos da Exposição. Cerca de 3 mil empregados temporários, diretos e indiretos, foram gerados no período.

Outro aspecto importante da Expo-Umuarama está relacionado à disseminação da cultura, educação e conhecimento. Muito além de uma festa, a Exposição é uma verdadeira sala de aula a céu aberto. Paralelamente, foram realizados cursos, palestras, seminários e visitas técnicas. Estima-se que pelo menos, 30 mil alunos de todos os níveis educacionais estiveram na Expo. Eles puderam ver de perto a estreita relação entre o campo e a Cidade e a importância das cadeias produtivas, da agropecuária e da conservação do meio ambiente para as futuras gerações.

Quatro novos pavilhões construídos especialmente para a Olimpíada do Leite, também foram inaugurados, planejados especialmente para a ordenha de animais de alta lactação, os pavilhões tem ao todo 600 m2 de área construída. Só aqui o investimento ultrapassa os R\$ 200 mil, parceria com o Governo Federal/Ministério do Turismo e Prefeitura de Umuarama. A Rua da Agricultura Familiar é outro espaço que foi inaugurado durante a Expo 2010. Foram construídas 24 novas plataformas, com 28m2 cada, num total de 700m2. Esses espaços abrigaram empresas especializadas no agronegócio familiar, com oportunidade de negócios, informações e conhecimentos voltados especialmente para o produtor rural. A Rua também ganhou recape asfáltico nos seus 1 mil e 100 metros de extensão.

Também, não poderia ser diferente. A Expo-Umuarama 2010 teve uma das mais amplas coberturas de imprensa de todos os tempos. Registrou-se praticamente o mesmo número de jornalista, repórteres e radialista e técnicos de comunicação que a Festa do Peão de Barretos - o maior evento do gênero do País e um dos maiores do Mundo. Emissoras de diversas partes e do Brasil e até do País vizinho Paraguai, fizeram gravações e transmissões direto da Expo-Umuarama.

Gostaria de registrar agradecimento especial às Policias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, Exército, Guarda Municipal, Polícia Rodoviária pelo excelente trabalho na segurança da Exposição, que pelo segundo ano consecutivo não registrou nenhum incidente ou acidente grave. Por fim, o agradecimento a cada visitante, criança, jovem, adulto. Em nome da população de Umuarama, agradeço às pessoas que vieram dos mais diversos cantos do Brasil para se divertir, trabalhar, ensinar, aprender, trocar experiências, mostrar sua arte e seu conhecimento - a Expo-Umuarama é feita também por vocês e para vocês. Por isto quero deixar aqui o convite para que todos participem da próxima Expo-Umuarama, em 2011.

Muito obrigado!

REQUERIMENTO N° 624

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER envio de votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Umuarama, Moacir Silva, pela realização da 36ª Expo-

Umuarama, ocorrida com grande sucesso entre os dias 4 e 14 de março do corrente ano, conforme cópia de pronunciamento que segue em anexo.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A 36ª Expo-Umuarama/9ª Internacional, realizada entre 4 e 14/03/10, entra na história das exposições, cabendo registrar que dois aspectos foram imprescindíveis para todo esse sucesso. O primeiro deles é a organização o planejamento, o preparo técnico e emocional de toda a equipe liderada pelo presidente da Sociedade Rural de Umuarama, Sidney Lujan, com apoio da Prefeitura Municipal, à frente o Prefeito Moacir Silva. Na abertura do evento contamos com a presença do Senador Osmar Dias (4/3) e na sequência também estiveram visitando a Expo-Umuarama o Vice-Governador Orlando Pessuti, o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, a ex-Presidente do PT, Gleisi Hoffmann, o apresentador da TV Band, Luciano do Valle, entre outras importantes personalidades, haja vista que até o príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança enviou representante.

Foi um evento que marcou época em amplo aspecto, com sucesso nos números e na satisfação demonstrada por visitantes e expositores, além do absoluto sucesso do Mega Rodeio Show. Os números ainda não foram totalmente finalizados, mas podemos adiantar que, mesmo com chuva nos dois últimos dias, a quantidade de visitantes ficou dentro das expectativas, acima dos 270 mil nos 11 dias de exposição. Nos negócios as estimativas foram superadas, ficando acima de R\$ 15 milhões, e nos leilões a comercialização girou em torno de 95%, com venda de animais de excelente qualidade genética, reprodutores P.O., machos e fêmeas para cria, recria e engorda.

A Expo-Umuarama foi uma passarela para mais de 15 raças, entre bovinos, equinos, suínos e caprinos. Cerca de 7 mil e 500 animais participaram nos julgamentos, leilões, rodeios, provas e exposições. Passaram por lá exemplares dos mais avançados resultados da melhoria genética, animais de belíssimo porte, com excelente nível de produção de carne, leite e sêmen. A grande estrela do setor animal da Expo-Umuarama foi certamente o Nerole, a raça predominante na Região Noroeste, que tem o maior rebanho de gado de corte do Paraná. Nos leilões vários lotes foram disputados por compradores que vieram de diversos Estados do País, buscar aqui os melhores exemplares da raça e seus cruzamentos.

A taxa de ocupação nos hotéis de Umuarama ficou acima de 90% nos dias que antecederam e durante a Expo. Praticamente todas as empresa que produzem, comercializam ou prestaram serviços sentem os reflexos positivos da Exposição. Cerca de 3 mil empregados temporários, diretos e indiretos, foram gerados no período.

Outro aspecto importante da Expo-Umuarama está relacionado à disseminação da cultura, educação e conhecimento. Muito além de uma festa, a Exposição é uma verdadeira sala de aula a céu aberto. Paralelamente, foram realizados cursos, palestras, seminários e visitas técnicas. Estima-se que pelo menos, 30 mil alunos de todos os níveis educacionais estiveram na Expo. Eles puderam ver de perto a estreita relação entre o campo e a Cidade e a importância das cadeias produtivas, da agropecuária e da conservação do meio ambiente para as futuras gerações.

Quatro novos pavilhões construídos especialmente para a Olimpíada do Leite, também foram inaugurados, planejados especialmente para a ordenha de animais de alta lactação, os pavilhões tem ao todo 600 m2 de área construída. Só aqui o investimento ultrapassa os R\$ 200 mil, parceria com o Governo Federal/Ministério do Turismo e Prefeitura de Umuarama. A Rua da Agricultura Familiar é outro espaço que foi inaugurado durante a Expo 2010. Foram construídas 24 novas plataformas, com 28m2 cada, num total de 700m2. Esses espaços abrigaram empresas especializadas no agronegócio familiar, com oportunidade de negócios, informações e conhecimentos voltados especialmente para o produtor rural. A Rua também ganhou recape asfáltico nos seus 1 mil e 100 metros de extensão.

Também, não poderia ser diferente. A Expo-Umuarama 2010 teve uma das mais amplas coberturas de imprensa de todos os tempos. Registrou-se praticamente o mesmo número de jornalista, repórteres e radialista e técnicos de comunicação que a Festa do Peão de Barretos - o maior evento do gênero do País e um dos maiores do Mundo. Emissoras de diversas partes e do Brasil e até do País vizinho Paraguai, fizeram gravações e transmissões direto da Expo-Umuarama.

Gostaria de registrar agradecimento especial às Policias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, Exército, Guarda Municipal, Polícia Rodoviária pelo excelente trabalho na segurança da Exposição, que pelo segundo ano consecutivo não registrou nenhum incidente ou acidente grave. Por fim, o agradecimento a cada visitante, criança, jovem, adulto. Em nome da população de Umuarama, agradeço às pessoas que vieram dos mais diversos cantos do Brasil para se divertir, trabalhar, ensinar, aprender, trocar experiências, mostrar sua arte e seu conhecimento - a Expo-Umuarama é feita também por vocês e para vocês. Por isto quero deixar aqui o convite para que todos participem da próxima Expo-Umuarama, em 2011.

Muito obrigado!

REQUERIMENTO N° 625

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações a Associação dos Postos de

Paranaguá e Antonina, na pessoa do Superintendente, Srs. Daniel Lúcio Oliveira de Souza, pelos 75 anos de aniversário do Porto de Paranaguá.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO N° 626

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações ao Município de Pinhais, na pessoa do Prefeito Municipal, Sr. Luiz Goularte Alves (Luizão), pelo 18º de aniversário do Porto de Paranaguá.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO N° 621

Senhor Presidente:

O Deputado adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Sr. Stênio Jacob, e ao Exmo. Sr. Presidente da Mineraias do Paraná S/A - MINEROPAR, Sr. Eduardo Salamuni, para que façam análise microbiológica e química da água, bem como potabilidade, das fontes do Bosque Gutierrez situado no Município de Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 112/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Beneficente “Deus Menino”, com sede à rua Tenente Camargo, 2176, no Município e Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente “Deus Menino”, entidade da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de interesse privado, sem fins lucrativos, tem por finalidade precípua integrar as atividades de assistência social e saúde, prestando serviços referentes à

saúde em suas diversas especialidades, principalmente no atendimento de pessoas carentes da cidade e região; promovendo treinamentos e capacitação de profissionais; desenvolvendo programas institucionais de educação e de atendimento à criança e ao adolescente.

Como se comprova pela documentação, a entidade obedece a todos os requisitos legalmente previstos para ser declarada de utilidade pública, o que permitirá à mesma requerer recursos oriundos do Poder Público, facilitando a execução de seus objetivos.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 113/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a APAJUFE - Associação Paranaense dos Juizes Federais do Paraná, com sede no Município de Curitiba e e foro na Comarca de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) ALEXANDRE CURTI

JUSTIFICATIVA:

A APAJUFE - Associação Paranaense dos Juizes Federais do Paraná, entidade fundada em 09/07/97, têm por finalidade representar seus associados, judicial e administrativamente; promover e intensificar a união dos magistrados federais do Estado do Paraná; promulgar pela defesa de prerrogativas, direitos e interesses da classe e de seus associados, individual e coletivamente; estimular a cultura do direito e o aprimoramento da função judicante, através da promoção de cursos e atividades de aperfeiçoamento jurídico e divulgação de trabalhos jurídicos de seus associados. Visa ainda, promover reuniões de confraternização entre seus associados e manter atividades de ordem cultural, social, recreativa e esportiva para os associados e seus dependentes.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade perante seus representados, com êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 02.471.677/0001-33, que pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade Pública do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 114/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a denominar Dr. Cláudio Murilo Xavier, o hospital regional do Noroeste em Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(aa) LUIZ ACCORSI
ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O súbito passamento do ilustre médico pediatra, o Dr. Cláudio Xavier, entristeceu imensamente todas as pessoas que tiveram a ventura de privar do seu convívio.

Sua morte, repentina, ocorrida em sua casa na Cidade de Curitiba, dia 08 de março, acabrunhou a todos nós, Deputados conhecedores da sua dedicação às questões da saúde do povo paranaense.

Imaginamos chorosos os milhares de famílias esparramadas por todos os quadrantes deste nosso Estado que se beneficiaram das ações desenvolvidas pelo eminente médico quando no exercício do secretariado da Saúde e do Bem Estar nos anos de 2003 a 2006 atendendo à acertada e justa convocação feita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, o Dr. Roberto Requião.

Zeloso cumpridor do aprendizado na Faculdade de Medicina da nossa Universidade Federal do Paraná, onde se formou em Pediatria e Neonatologia no ano de 1984. O Dr. Cláudio Xavier consagrou-se como expoente em sua área, atuando ora em funções públicas como Oficial Médico do Hospital Geral do Estado, ora em estabelecimento referencial de saúde como o Hospital Santa Brígida, ao qual se dedicou esmeradamente como membro do seu corpo clínico e plantonista. Além do atendimento da sua vasta agenda de famílias que hoje também pranteiam o seu inesperado partir.

As insondáveis e misteriosas prescrições divinas repentinamente subtraem da nossa vivência, em pleno viço, a serenidade, a dedicação e o humanitarismo, virtudes que caracterizam sobejamente, a personalidade e o caráter do Dr. Cláudio Xavier.

Deixou-nos apressadamente, levando para o seu túmulo, as dores da ferida ainda sangrando, provocada pelo martírio fatal, também precoce, da sua amada filha, cujo nome houve por justiça, se perpetuar na construção do seu legado maior que é o Centro de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier.

Grande artífice da implantação da regionalização da saúde, Cláudio Xavier estabeleceu em sua gestão frente à SESA, ações consistentes para priorizar a prevenção de doenças através da constituição das equipes para o desenvolvimento do Programa Saúde da Família que redundou na redução de quase 20 por cento do coeficiente da mortalidade materno-infantil em nosso Estado.

Essa diminuição foi considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, como a maior registrada no ano de 2005.

Associando os nossos mais sinceros sentimentos de tristeza, às lamentações expressas por todos os nossos colegas Deputados, as nossas colegas Deputadas, nós, Deputados subscritores deste projeto de lei, entendemos como ato de reconhecimento, homenagear Cláudio Xavier para honra da sua família.

Do seu pai, Dr. Júlio Rocha Xavier, o saudoso ex-Prefeito de Carlópolis, ex-delegado, ex-promotor em diversas Comarcas, a de Paranavaí inclusive, e para nosso orgulho, ex-colega Deputado e Presidente da Casa de Leis de todos os paranaenses. Para orgulho da sua inconsolável mãe, a Sra. Maria Teresa. Para alegria do seu irmão, o celebrado advogado paranavaense Dr. Luciano Xavier. Para satisfação enfim, dos seus incontáveis amigos e admiradores e para conhecimento de toda a comunidade paranaense.

Os hospitais regionais construídos em diversos municípios-sedes as microrregiões administrativas do Estado, são de inspiração da grandiosidade de coração de Cláudio Xavier, condoído da situação vivida pelos nossos concidadãos que se obrigam a procurar na Capital do Estado, os recursos para a recuperação das suas saúdes não encontrados em suas Cidades de origem.

E, sugerimos o hospital regional do Noroeste construído na Cidade de Paranavaí para ser batizado com o nome de Cláudio Xavier, justamente por ele ter aqui nascido em 25/02/59 e vivido até aos 08 (oito) anos de idade quando decidiu buscar Curitiba para a continuação dos seus estudos.

A gravação do nome do Dr. Cláudio Murilo na placa inauguratória do hospital regional do Noroeste aqui em Paranavaí, é demonstração do respeito à rica, épica e dignificante memória desta Cidade e de toda a região por ela polarizada, pois é testemunho da consideração que dedicam a todos os seus ilustres filhos.

PROJETO DE LEI Nº 115/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Ação Social Brasil Tupi - AASBT, com sede e foro no Município de Pontal do Paraná, á rua Romário Martins, nº 315, Balneário Jardim Praia de Leste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente instituição, sem fins lucrativos, tem por finalidade a promoção e desenvolvimento da educação no seu mais amplo contexto, da cultura, da cidadania e da valorização humana em especial no Estado do Paraná, não remunerando seus diretores.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente.

PROJETO DE LEI Nº 116/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Dra. Zilda Arns Neumann, o novo hospital estadual do Município de Guaraqueçaba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dentro de poucos dias, o Estado do Paraná concluirá a construção do novo hospital na Cidade de Guaraqueçaba.

Estamos apresentando este projeto de lei com a humilde intenção de homenagear a saudosa Dra. Zilda Arns Neumann, denominando o novo hospital da Cidade de Guaraqueçaba com seu nome.

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação de toda a população do Município de Guaraqueçaba, neste momento feliz em que se concretiza um sonho de tão longa data acalentado por todos os corações bem formados de todas as famílias daquele Município.

Concluir um hospital onde o povo encontre socorro e alívio para as suas dores, se me afigura uma realização de tal monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar aqueles que tanto desvelo conseguiram levar a cabo tão meritório empreendimento.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo da terra de Guaraqueçaba, com o estilete de gratidão imorredoura.

Abençoados sejam todos aqueles que para mitigar a dor alheia, souberam sacrificar algo de seu. Deus lhe há de levar em conta tão nobre ação, com a construção do hospital que pretendemos seja denominado Dra. Zilda Arns Neumann.

Orgulha-se portanto, a sociedade de Guaraqueçaba, em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que lhes sirva de modelo e estímulo.

A Dra. Zilda Arns Neumann, faleceu dia 12 de janeiro último, em Porto Príncipe (Capital do Haiti), em consequência do grande terremoto que atingiu aquela Cidade. A Dra. Zilda era natural do Município de Forquilha no Estado de Santa Catarina, tinha 75 anos de idade. Era viúva do Dr. Aloysio Bruno Neumann que faleceu em 1978. Tinha cinco filhos: Nelson, Rubens, Heloisa, Rogério e Silvia, (já falecida), todos residentes em Curitiba. Deixou nove netos. Aos onze anos de idade a Dra. Zilda transferiu residência para Curitiba.

Na capital Paranaense, iniciou os estudos, formando-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1959.

Em 1983, a Dra. Zilda, fundou a Pastoral da Criança, instituição ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, (CNBB) iniciando no Município de Florestópolis, na arquidiocese de Londrina, na época comandada pelo Cardeal Arcebispo Dom Geraldo Majella Agnello. O primeiro teste da pastoral foi feito em Florestópolis, recordista da taxa de mortalidade infantil no Paraná, com 127 mortes a cada mil nascimentos. Em dois anos, os óbitos desabaram para 20 por mil. A saudosa Dra. Zilda estava certa. Hoje são cerca de 260 mil voluntários que acompanham 1.8 (hum milhão e oitocentas mil) crianças de até seis anos além de 94 mil gestantes em 42 comunidades pobres em mais de quatro mil Municípios do Brasil. A Pastoral atua nos bolsões de miséria por meio de voluntários que residem nas comunidades e mobilizam as famílias para os cuidados dos filhos. O programa inclui apoio as gestantes, controle de doenças e prevenção, remédios caseiros, projetos de geração de renda e alfabetização de adultos. Um universo de alternativas a serem postas em prática e providências a tomar que tornaram por todo esse tempo, curto demais aos dias da Dra. Zilda.

Muitas e muitas vezes os aviões, que a levaram aos diversos continentes a tornaram uma personalidade conhecida e respeitada pela comunidade internacional, a ponto de ser indicada quatro vezes seguidas, 2001-2002-2003 e 2005 para o Prêmio Nobel da Paz. O resultado de seu trabalho garantiram-lhe o respaldo necessário. Um dos principais projetos da Pastoral é o da alimentação enriquecida, que consiste em educar as populações carentes sobre meios de enriquecer a alimentação do carente do dia a dia com produtos disponíveis na região. Seu trabalho na Pastoral da Criança contribuiu para reduzir drasticamente os índices de mortalidade infantil no Brasil, o que deixa o País bem próximo de alcançar pelo menos um dos oito objetivos de desenvolvimento, do milênio, diminuir a taxa de mortes de crianças até seis anos em dois terços até o ano de 2015.

Apesar disso, a saudosa Dra. Zilda, encontrava força para ainda se dedicar a outra Pastoral que construiu, a dos idosos, fundada em 2004. O projeto beneficia mais de 30 mil pessoas, mas, segundo dizia a coordenadora, a falta de solidariedade por parte da sociedade ainda é uma barreira a ser vencida por quem tem mais de 60 anos de idade. É um trabalho de muito amor e dedicação. Em algumas residências, os voluntários até auxiliam na higiene do ambiente e roupas de cama. A saudosa Dra. Zilda havia viajado no último domingo dia 10 de janeiro para o País Caribenho, onde participaria de algumas conferências pela missão de Paz. Seu tema, claro, seriam as crianças também eram as razões de sua vida. Em cada 10 palavras suas, uma se referia as crianças. Não por coincidência, portanto, o final de sua última palestra, dada dia 12 de janeiro (terça-feira) em que morreu, foi dirigido a elas.

Como pássaros, que cuidem de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe dos predadores, das ameaças e dos perigos, e, mais perto de Deus, devemos cuidar de nossas crianças como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-las.

Teve a morte da Dra. Zilda em plena ação Missionária, no Haiti, tem dimensão trágica e poética do artista que morreu em cena. Ela morreu de uma maneira muito bonita, na causa que sempre acreditou. Ela tinha muita saúde. Morreu do jeito que queria (trabalhando), lutando pelo que acreditava. A vida da Dra. Zilda sempre esteve nas mãos de Deus, mas ninguém imaginava que ela poderia estar lá no Haiti na hora do grande terremoto. Todos os brasileiros ficaram muito tristes pela forma como ela morreu, mas foi em missão, fazendo o que ela mais gostava, com amor e carinho. Ela cumpriu seu papel. Ela foi sepultada em Curitiba no cemitério Água Verde, onde já estão sepultados o marido e uma filha.

O terremoto que se abateu sobre o pobre Haiti, foi o da ignorância, treva em que vive 80% de uma população destituída de tudo, a mais pobre e miserável das Américas. Parece que a pobreza atrai tragédia e a dor do Haiti deverá corresponder um certo sentimento de culpa de todo mundo dito civilizado. O País é o mais pobre do hemisfério ocidental. Todo o tipo de catástrofe geológica e humana já se abateu sobre esse País infeliz: tufões, furacões, maremotos, e por fim o terremoto de fatídicas proporções que também ceifou a vida de benfeitores como Dona Zilda Arns. Ela morreu no campo da batalha como soldado fiel em favor da vida das crianças pobres, subnutridas e das pessoas idosas e necessitadas no Brasil, na África, na América Latina, no Caribe e no Haiti, de todas as nações a mais pobre.

Na tragédia do Haiti, no meio dos pobres e dos mais necessitados, a médica pediatra e sanitarista Zilda Arns, encontrou sua morte, que há de ser apenas uma passagem para a vida eterna junto a Deus. A fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança, Zilda distribuiu milhões de copos de soro caseiro, pratos multi-mistura, formou e ensinou milhões de mães e organizou milhões de comunidades em favor da vida, doando-se totalmente como só as pessoas de boa vontade são capazes de fazer acontecer.

Temos certeza de que a missão da Dra. Zilda Arns, agora com a proteção de seu carinhoso olhar desde o infinito para onde foi chamada por Deus, há de prosseguir com todos aqueles que acreditam na valorização da vida como supremo valor para a construção de um mundo muito melhor.

A Dra. Zilda Arns Neumann, recebeu títulos de cidadania honorária em 10 Estados e em 35 Municípios brasileiros. Recebeu diversos prêmios como: Wood Drow Wilson da Wood Drow Wilson Faudation em 2007. Opus Prize do Opus Prize Forendation em 2008. Heroína da Saúde Pública das Américas em 2006. Primeiro prêmio de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo em 2000 e Personalidade Brasileira de destaque no trabalho

em prol da Saúde da Criança da UNICEF em 1998. Possuía os títulos de Dra. Honoris Causa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Da Universidade Federal do Paraná. Da Universidade do Extremo Sul Catarinense de Criciúma. Da Universidade Federal de Santa Catarina. A Pastoral da Criança.

A saudosa Dra. Zilda Arns Neumann, foi uma grande guerreira lutadora da esperança da paz, uma força da vida, e a médica e educadora partiu para o céu em pleno exercício de seu trabalho. Foi ao Haiti para disseminar a ideia da participação constante da sociedade em projetos que beneficiem os mais necessitados. Ela não poderia partir para o céu durante a execução de uma trajetória tão nobre. Em meio a tragédia que cobria de dor um dos Países mais pobres do Continente. Nós brasileiros choramos pela perda da Dra. Zilda Arns Neumann que foi para o céu junto a Deus.

É para nós um dia de muita tristeza, este dia em que redigimos este requerimento, para registrar o falecimento de nossa querida e inesquecível Dra. Zilda Arns Neumann. Estamos aqui no gabinete da Assembleia Legislativa do Paraná, venerável médica, para lhe render, mais uma vez a homenagem do nosso respeito e do nosso amor filial. O tempo que tudo embota, não consegue, todavia, apagar a saudade que habita em nosso coração depois que nos deixou para uma vida melhor no céu, junto a Deus. É que sua vida exemplar deixou em nosso espírito uma lembrança imorredoura.

Passou como o divino mestre sobre a terra fazendo somente o bem. O amor que dedicava ao seu sagrado serviço criou em torno de sua frente austera uma aura de prestígio internacional que o tempo não apagará.

Foi médica dedicada à Pastoral da Criança e amorosa que não conhecia descanso nem repouso. Nada a detinha no cumprimento do dever, sacrificava o seu bem-estar pelo bem-estar dos outros e isso como um desinteresse apostólico, elevado ao nível do sacrifício. Sua missão inspirada nas lições do Evangelho produziu frutos imarcescíveis, e, eis porque aqui nos achamos neste momento concentrados para lhe render mais uma vez o nosso preito de gratidão e saudade imensa. Com a apresentação deste projeto de lei para denominar seu nome ao nosso hospital do Município de Guaraqueçaba.

Esperamos seja aprovado pelos senhores colegas e senhoras colegas desta Casa de Leis.

Agradecimentos.

PROJETO DE LEI Nº 117/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Saúde Vocal dos Professores da rede pública estadual de ensino, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. O programa referido no *caput* será regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º O programa de que trata o *caput* do artigo antecedente será efetivado mediante a adoção de medidas para o atendimento das seguintes finalidades:

I - Instituir uma política preventiva contra as disfonias e outros problemas vocais que afetam professores da rede estadual de ensino;

II - Abranger a assistência preventiva na rede pública de saúde, devendo ser realizado, ao menos uma vez por ano, um curso teórico-prático com orientações sobre o uso adequado da voz.

Art. 3º O Poder Executivo poderá celebrar convênios de colaboração com instituições de pesquisa ou universidades (públicas ou privadas), que tenham desenvolvido ou estejam desenvolvendo estudos na área da fonoaudiologia, disfonias ou outros problemas vocais em profissionais que utilizem a voz como instrumento e trabalho, com o objetivo de contribuir e subsidiar a implantação da saúde vocal dos professores da rede estadual de ensino.

Art. 4º Uma vez detectada a disфония ou outro problema vocal, o professor portador da disfunção deverá ser encaminhado ao tratamento médico fonoaudiólogo, além de outras medidas cabíveis no âmbito da sua reabilitação profissional.

Art. 5º As despesas decorrentes da regulamentação e implantação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo a sua regulamentação no prazo de 60 (sessenta) dias.

Sala das Sessões, em 16/03/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Vários estudos já foram realizados sobre os aspectos clínicos e orgânicos das disfonias, fadiga vocal e outros problemas em profissionais que utilizam a voz como instrumento de trabalho, como é o caso dos professores, categoria das mais afetadas pela disfunção vocal devido ao excessivo emprego da voz na sua atividade laboral cotidiana.

Estes estudos fundamentam a necessidade de ações preventivas para a atenção integral destes profissionais. Os professores deixam de receber informações essenciais acerca do funcionamento e dos adequados cuidados vocais, o que aumenta substancialmente o risco de ocorrência de disфония e problemas vocais associados ao uso recorrente da voz no dia-a-dia.

Trata-se de grave problema de saúde ocupacional, porém, por afetar um aspecto fisiologicamente pouco perceptível de imediato, como é a voz, não recebe a devida atenção como doença profissional.

O impacto dessa disfunção é mais perceptível quando se leva em conta os custos envolvidos com o afastamento profissional e a necessidade de sua reabilitação fonoaudiológica. Os reflexos para a vida pessoal e social podem envolver disfunções psicológicas associadas a perda da voz, como foi observado nos estudos apresentados na 1ª Reunião Pró-Consenso Nacional sobre Voz Profissional, realizada pela Sociedade Brasileira de Laringologia e Voz no Rio de Janeiro em 06 e 07 de abril de 2001.

Deve-se observar que a fonação prolongada não é exclusiva do professor que trabalha com excessiva carga horária, embora isso possa contribuir para maior suscetibilidade à disфония e problemas vocais em geral.

A atividade laboral do professor, com qualquer carga horária, requer o contínuo uso da voz, portanto todos correm o risco de apresentar esse tipo de problema. A disфония causa maior impacto funcional na rotina destes profissionais e conseqüentemente, diminui sua produção, refletindo-se no próprio desempenho dos alunos em termos de aprendizagem.

O atendimento fonoaudiológico e, sobretudo, a prevenção preconizada pelo programa proposto neste projeto de lei, permitirá estabelecer condições adequadas de exercício da atividade profissional. Além disso, evitará perdas funcionais e laborais, capacitando os professores a cuidarem de sua saúde vocal de modo a manter o exercício laboral sem prejuízos ao seu desempenho, ou sem risco de piora no caso de disfunção já detectada.

Vários Estados e Municípios do Brasil já instituíram Programas de Saúde Vocal para os professores das suas redes de ensino, bem como tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que visam implantar um Programa Nacional de Saúde Vocal.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Gostaria de usar a palavra imediatamente, mas como eu quero aguardar o maior número possível dos Srs. Deputados aqui na Sessão, concedo a palavra ao Deputado Mauro Moraes no Pequeno Expediente, logo em seguida então eu faço o uso da palavra.

Deputado Mauro Moraes (PSDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna para falar de uma preocupação minha. Não digo isso só porque a ocasião se oferece, mas por se tratar de uma constante preocupação minha. Estamos vivendo uma turbulência muito grande

nos quartéis da Polícia Militar de todo Estado do Paraná, em decorrência de algumas leis que vieram para nossa aprovação nesta Casa. A primeira lei é viável, que é aquela que incorpora todo tipo de gratificação e vantagens que os policiais tinham ao chamado soldo. Falam soldo, mas é soldinho. A segunda é os 5% geral, para todos os funcionários do Estado do Paraná. Também é justo, embora um aumento insignificante, mas tem que ser linear. Tem que ser para todos os funcionários do Estado do Paraná. Mas a terceira, e quarta mensagens, de maneira nenhuma podem ser aprovadas por esta Casa como estão. Vou dizer por quê. Primeiro, não diz quando é que o aumento vai ser dado. Segundo o escalonamento que a Secretaria fez, em concordância com o Comando da Polícia Militar, vamos dar o terceiro e o quarto aumento, mas não tem data.

É uma lei que passa a não ter eficácia, porque sabemos que o excesso de arrecadação só pode ser verificado no final do ano. E no corpo da lei consta que esse aumento só virá se houver excesso de arrecadação, ou seja, se arrecadarmos mais do que está no orçamento. E todos sabemos que o orçamento já foi superestimado, já está bem aquém daquilo que vamos alcançar neste ano. Consequentemente, Sr. Presidente, estamos novamente gerando uma falsa expectativa aos policiais militares, Oficiais e Praças. Não passa de uma promessa de esperança, que talvez não chegue jamais.

A segunda coisa é o escalonamento feito pela própria Secretaria em concordância com o Comando da Polícia Militar, do qual discordo totalmente. Como já disse, não podemos considerar os iguais com desigualdade. Não podemos dar aumento aos Praças, aos Sargentos, Cabos, Soldados da Corporação e Subtenentes de 10, 15% e darmos 40, 50% para outros Oficiais de uma patente mais elevada. Afinal, a Polícia é uma só. Não podemos dividir a Polícia em Praças e Oficiais. Não existe isso! A Corporação é uma só! Por isso que demonstro aqui a minha preocupação, para que não tenhamos mais insegurança.

O caos domina todo o Paraná na área de Segurança. Como já disse, repito aqui, chegamos ao absurdo de uma estatística, nos mês de fevereiro, na região de Curitiba uma morte a cada 45 minutos. Pasmem, Srs. Deputados, a cada 45 minutos uma pessoa é assassinada na grande Curitiba. Vocês imaginem, Srs. Deputados, Sr. Presidente, se os nossos Praças, Soldados, Cabos, Sargentos que estão ali enfrentando os bandidos, frente a frente, correndo riscos na defesa e proteção do cidadão, resolver cruzar os braços, resolver fechar os olhos? “Ah, eu não vou desobedecer ao Capitão, eu vou pra rua, mas se eu ver um assalto vou passar reto. Ninguém está vendo mesmo!” Isso pode acontecer em decorrência do salário insignificante que estamos ofertando para os menores.

Existe uma turbulência no quartel. Eu já tinha avisado o Líder do Governo, naquele sábado que antecedeu à paralisação dos policiais militares. Estou avisando novamente. Houve um arrefecimento pelas ameaças que foram feitas, de prisão e de demissão, mas o movimento

está em pé, as senhoras dos policisis estão se mobilizando, os policiais também, e temos que tomar muito cuidado, sob pena de pagar um preço muito caro.

Estamos falando de Polícia, minha gente! Não se trata de uma coisa pequena! São aqueles homens responsáveis pela nossa segurança.

Por isso, peço aos Srs. Parlamentares? não vamos fazer uma lei aqui com açodamento, vamos fazer um estudo abalizado, de uma maneira que possamos encontrar uma forma de atender as reivindicações dos nossos Oficiais, mas também poder atender os nossos Praças, ou seja, Subtenentes, Sargentos e Soldados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Presidente, eu não ia usar a palavra neste momento, mas não posso deixar de responder aos argumentos falaciosos que foram expedidos pelo Deputado Mauro Moraes. Penso que o Deputado Mauro Moraes é um político experiente, já exerce cargos eletivos desde 1983, quando se elegeu Vereador pela primeira vez em Curitiba, e já exerce o segundo mandato de Deputado Estadual. É profundo conhecedor do ordenamento jurídico, até porque é advogado e sabe muito bem, Presidente, que a mensagem que veio a esta Casa, do Poder Executivo, é o maior avanço que foi feito para as carreiras militares do Paraná na sua história. Digo isso porque em dezembro de 2002, um policial militar de primeira classe ganhava R\$ 749 e vai passar a ganhar, depois da lei que vamos aprovar aqui nesta Casa, R\$ 2 mil e 284 fora as vantagens pessoais que poderão ser agregadas a esse valor. Estamos fazendo correções históricas do ponto de vista do escalonamento em relação aos Oficiais superiores da Polícia.

Não tem, Deputado Mauro Moraes, nenhum quartel incendiado. Não há nenhum movimento, até por que os policiais militares não estão aí para serem enganados. Já foram muito enganados quando disseram que em Brasília ia ser aprovada a PEC nº 300, e criado o fundo que tem que ter a concordância do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Não dá, Deputado Mauro Moraes, aqui na Casa, desculpe, V. Exa. com a liderança que tem e com a credibilidade que tem, vir à tribuna e fazer esse discurso. Quero convidá-lo, como já convidei os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça, amanhã, inicialmente era previsto para os Deputados que integram a base de apoio ao Governo, mas quero convidar a todos os Deputados para apresentação da lei do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Rodrigo, que fará amanhã para

os Deputados Estaduais, todos os Deputados Estaduais, no salão nobre. Essa lei é muito importante para a Polícia Militar, é um grande avanço, vamos conseguir fazer com que todos os policiais militares, como já têm o direito hoje à carreira possam ascender à graduação superior, de poderem ser Cabos, Sargentos, de poderem permanecer mais tempo na Polícia, e com isso vão receber efetivos quinquênios, que darão a eles anualmente valores expressivos para as suas aposentadorias. Vamos segurar por mais tempo os policiais, precisamos manter esse policial trabalhando e motivado.

Então, não dá para fazer esse discurso, porque aqui no Paraná vamos ter votado a nossa lei, o segundo maior salário da Polícia Militar do País, só não será superior ao de Brasília, porque quem paga a conta lá é o Presidente Lula, dos policiais do Distrito Federal nós, aqui, vamos fazer um grande avanço a esta Casa tem que agir com a maior responsabilidade possível, porque sabemos que estamos no limite do possível daquilo que é permitido pela nossa Receita.

Então, penso que temos que ter muita responsabilidade no que falamos, até para não alimentar falsas expectativas, não criar no âmbito das pessoas, que inocentemente podem achar: “Olhar, vai acontecer isso”. Na verdade é o seguinte: se a PEC nº 300 for votada, se o Presidente Lula concordar em criar o Fundo Nacional de Segurança Pública, poderemos ter um avanço. Agora, esse é o avanço possível pela realidade orçamentária e financeira do Estado do Paraná. E temos que reconhecer que é um grande avanço, um avanço possível, é uma demonstração de respeito à Polícia Militar.

Então, eu por reconhecer, Deputado Mauro Moraes, a sua liderança, é que peço justamente a sua serenidade e o seu estudo aprofundado dessa matéria, sempre naturalmente dispondo de um ponto de vista, mas com a devida responsabilidade que uma liderança do seu porte tem perante os Parlamentares e perante, é claro, toda a sociedade. É isso.

Muito obrigado.

Deputado Nelson Justus (DEM)

O SR. NELSON JUSTUS

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ilustres visitantes que nos honram aqui com as suas presenças, vejo até o Ivo Holanda aqui hoje, seja bem-vindo a nossa Casa, nobres jornalistas, imprensa, senhores policiais e em especial os nossos telespectadores.

Quero iniciar hoje, e tenho o dever de usar a palavra neste instante, para comentar as reportagens feitas pela Rede Paranaense de Comunicação, pela Rede Globo, pelo Jornal Gazeta do Povo, que, sem dúvida nenhuma, têm uma repercussão muito grande e sabemos que, pelo que a própria emissora anuncia, vai dar prosseguimento a uma série de denúncias contra esta Casa, fruto de uma investigação de mais de um ano por alguns jornalistas.

Eu, procurando ser sempre o mais sereno e tranquilo possível, me recordo de dias atrás ter sido um pouco grosseiro, com um companheiro nosso aqui nesta Casa. Imediatamente desci e me dirigi a ele para pedir desculpas. A minha grosseria deveu-se ao fato de eu ter dito, havia jurado, aqui nesta Mesa, defender esse Poder. Meus companheiros Deputados, eu vou defender esse Poder até a morte, enquanto eu for Deputado, custe o que custar. Fiz esse juramento e devo isso a mim e a todos vocês que me elegeram.

Mas o que é defender o Parlamento? Defender o Parlamento, em um primeiro momento, é extirpar de vez com o voto secreto. Defender o Parlamento, é acabar com algumas prerrogativas exageradas, que esta Casa dava aos Deputados, desde veículos, Sessões Extraordinárias remuneradas, um excesso no recesso parlamentar. Defender o Parlamento, é criar um Portal de Transparência, buscando escancarar a nossa Casa para toda a sociedade; é buscar a modernidade através de um painel eletrônico, uma TV SINAL; é apresentar todos os gastos dos Srs. Deputados, com as notas fiscais e os seus CNPJs. Defender o Parlamento, é publicar a tão famigerada e cobrada lista de todos os funcionários da Casa. Defender o Parlamento, é dar prosseguimento a um trabalho, que só termina no nosso último dia de mandato, quando entregarmos a nossa obra. Defender o Parlamento, é aprovar por unanimidade, aqui nesta Casa, um projeto de lei, que extingue, cria e reestrutura cargos de Poder Estadual, o de nº 720/09, feito pela Comissão Executiva e sancionado pelo Sr. Governador do Estado, no dia 02 de fevereiro. Ora, a lei nos permite que somente 45 dias após a publicação dessa lei, portanto, 45 dias após o 02 de fevereiro, poderemos dar prosseguimento a esse projeto tão importante e tão discutido, Anibelli. E tão discutido com o Alexandre e o Durval. Onde, em um ato só, resolvemos criar uma comissão especial, para enquadrar e recadastrar recadastrar todos os funcionários desta Casa. Isso aconteceu no dia 10 de março, dando-nos um prazo de 120 dias para reenquadrarmos todos os funcionários da Casa. O que é reenquadrar todos os funcionários da Casa? Colocar todos eles nas suas funções, corrigir as disfunções, acertar e corrigir algumas injustiças, providenciar e acertar a situação em definitivo desta Casa. E o que é recadastrar todos os funcionários? É o que nós faremos nesta Comissão e aí sim, avoquei para minha responsabilidade. Ainda lembro-me de ter dito aqui: mesmo sendo um ano eleitoral nessa questão do recadastramento, quero pessoalmente acompanhar esse movimento. E falei pessoalmente porque recadastrar é por ordem alfabética Deputado por Deputado, funcionário por funcionário, onde vive, onde mora, onde está, quanto ganha, a última declaração do Imposto de Renda, o que faz e quanto ganha.

Isso nós determinamos no dia 10 de março e podem ter certeza, faremos isso custe o que custar. E temos gente suficiente, experiente nos ajudando neste ato.

Pois bem, claro que a imprensa tomou conhecimento disso e noticiou no dia 10 de março em todos os jornais, todas as televisões e todas as rádios porque é um ato moderno, inovador, corajoso e de quem quer realmente defender este Poder.

Pois bem, na noite de ontem a RPC publica uma reportagem e anuncia uma reportagem que depois de um ano de investigação fará por 09 ou 10 sessões, denúncias contra esta Casa.

Srs. Parlamentares, meus companheiros de Mesa, funcionários da Casa, telespectadores: ontem mesmo nos reunimos aqui nesta Casa à noite e hoje pela manhã determinamos a abertura de uma Sindicância pela Procuradoria Jurídica da Assembleia, para apurar essas denúncias. Iniciei com todos os senhores e as senhoras esse processo de transparência que não tem volta. Não tem volta! Isso já ficou esclarecido!

Portanto, doa a quem doer esta comissão vai apurar todas essas denúncias, uma a uma. Até encareceria à Gazeta do Povo e a RPC que vai dividir essas denúncias em 09 capítulos, que pudesse, até para que ganhássemos tempo com isso, que me trouxesse todas elas porque nenhuma ficará sem resposta. Vamos apurá-las todas, podem ter certeza.

Segundo denúncia, os Diários Oficiais citados pela RPC que são chamados, muitos deles de avulsos, atos avulsos, ora um ato avulso é uma publicação extraordinária, portanto não é secreto. E o ato avulso mais importante que publicamos, nessa Casa durante a minha gestão, qual foi? A relação dos funcionários dessa Casa. Eles foram publicados, sim, conforme a própria rede de televisão mostrou ontem, num ato avulso para dar publicidade a esse ato, a imprensa tem que ter, sim, acesso a estes atos. Nós, ainda hoje pela manhã em companhia do nosso 1º Secretário e de mais um companheiro Deputado estivemos conversando, Deputado Romanelli, com um órgão que tem nos ajudado muito neste passo importante da transparência que é o Ministério Público, lá estivemos de manhã e podem ter certeza disso: o Ministério Público vai nos auxiliar muito em todo esse episódio!

Alguém me disse: “O Presidente está fugindo para não dar entrevistas.” Não quero, realmente, entrar em pormenores, em detalhes, em entrevistas enquanto não estiver tudo isso muito bem resolvido, com muita calma, com muito critério e com muito equilíbrio para não se cometer injustiças, como a que se cometeu ontem ao dizer que uma daquelas funcionárias era funcionária do Deputado Jocelito Canto, o que não é verdade! Não podemos correr este risco: “De quem é a funcionária, o nome é parecido, Jocelito?” Pronto Ponta Grossa virou em polvorosa, o Jocelito quase enfartou, me telefona de madrugada! Mas Jocelito, como é que o Presidente da Assembleia pode saber dessas coisas? Não é função minha. A função de defender a Assembleia é esta que eu faço nos elementos que enumerei até a pouco.

Então, companheiros, tenham a tranquilidade, a certeza de que ao contrário do que um professor disse, eu não ouvi, não sei nem seu nome, mas alguém me disse que um professor numa rede de televisão hoje enxovalhou esta Casa, quando ela serve de orgulho para todos os Parlamentos como eu tenho dito e provado! Façam então esta investigação jornalística com os outros Parlamentos! Meu Deus do céu, tem jornalistas que estão aqui nesta Casa há muitos e muitos anos, comparemos nossos avanços! Não é possível que ninguém veja isso! Se a tal rede de televisão, vai insistir ou vai gastar nove programas para mostrar as denúncias contra esta Casa, o que eu não condeno, é um direito eu não sou contra a liberdade de imprensa, que gaste um para mostrar os nossos avanços, será o suficiente. Mas, uma coisa não justifica a outra, podem ter certeza vamos apurar todas as denúncias que vieram contra esta Casa, da mesma maneira que o nosso departamento jurídico convocado para uma reunião hoje à tarde com esta Presidência, para estar atentos com eventuais abusos de quaisquer reportagens. Aliás isso deixamos muito claro hoje com a conversa que tivemos com S. Exa. o Procurador da Justiça Dr. Olympio de Sá Sotto Maior. Vamos sim cumprir com o nosso dever, podem ter certeza disso. Não vou permitir que nenhum dos senhores sintam-se envergonhado em pertencer a este Parlamento. Sem resposta a sociedade não vai ficar.

Concedo a palavra, neste instante, ao Deputado Jocelito Canto.

Antes porém, pela ordem, o Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Gostaria de me manifestar aqui, até porque o momento ontem foi realmente e bastante preocupação. Já estou um pouco acostumado com isso, que quando Prefeito já passei por isso também, já passei por muitas dificuldades, por calúnias e sempre suportei, enfrentei a Rede Globo quantas vezes com calúnias. E sempre fiquei de pé. O cara que passa, três dias no Fantástico e volta a ser Deputado duas vezes, é porque o povo gosta.

Mas, ontem foi demais, ontem foi um exagero essa questão que envolve este caso. Até porque, Sr. Presidente é uma matéria apelativa, se mostra uma senhora pobre - aquela que sempre defendemos aqui, mostra-se aquela pessoa depois dizendo que nunca viu o Parlamento e depois terminam dizendo que ela está a disposição do gabinete do Deputado Jocelito. Não conheço essa pessoa, quero me solidarizar com ela, não conheço essa Cidade, nunca fui a Cerro Azul. Fazer esse esclarecimento. E gostaria de solicitar uma certidão da Casa, quero remeter principalmente para a Rede Globo, porque vi ontem no Jornal Nacional o William Bonner dizendo que a funcionária pertencia ao meu gabinete.

Tive o cuidado ontem, bem na hora que essa notícia foi colocada no Jornal Estadual, eram 7h. Só recebi uma consulta às 6h da manhã, quando uma moça de Ponta Grossa, uma jornalista, me perguntou se aquela

senhora era minha funcionária, e eu no primeiro passo disse que sim. Estava fazendo o programa de rádio através de uma fibra que tenho daqui para ponta Grossa, com dilei, (sic) eu com o fone aqui e querendo o mais rápido possível atender, atendi o telefone e me confundi por ter uma funcionária com o nome parecido.

Mas, logo em seguida me ligou o pessoal da Gazeta do Povo, daí pensei alguma coisa está errada e eu informei a própria jornalista que não se tratava de uma funcionária minha. E para minha surpresa depois eu apareço no Jornal Estadual, isso foi antes das 7h e daria tempo de fazer uma notinha diferente que foi feita. E finalmente termina o apresentador do Jornal Nacional, dizendo que a funcionária estava no gabinete do Deputado Jocelito Canto. Quero pedir uma certidão dessa funcionária não é minha funcionária, aliás nunca foi, para que eu possa tomar as providências cabíveis.

Chega, cansei. Vou começar a fazer o que fizeram contra mim. Vou começar a exigir os meus direitos, tenho sofrido muito. Não sou nenhum santo, ninguém é santo, não sou santo e nunca vou ser. Agora, eu não sou marginal, não sou bandido, sempre trabalho pelos meus ideais. Solicito a V. Exa. essa certidão, quero remeter principalmente a Rede Globo para que ela tenha a dignidade, de hoje ler essa certidão lá.

Recebi ligações do Brasil inteiro. A Rede Globo é um canhão no Estado e no Brasil. A gente anda e algumas pessoas: “Olha pegou o dinheiro da velhinha.” É dolorido!

Sou um cara preparado, mas hoje é aniversário da minha filha ela faz 18 anos hoje, ela triste disse: “É o presente que eu recebo.”

Mas quem está na vida pública passa por essas sacanagens, por esses momentos, não sei de onde veio isso.

Espero que seja devidamente investigado. Porque o meu nome? Não tenho nada a ver com isso. Por que fui o escolhido. Por que eu fui o cara escolhido? Não tenho nada a ver com essa história.

Vão emitir uma certidão, dizendo: “Erramos”. Não vai dizer. Duvido que vai dizer. Vai dar uma notinha dizendo: “Não era do gabinete do Jocelito”. É aquele problema a primeira impressão é a que fica. A primeira impressão ela nunca some.

A primeira vez que se joga a notícia fica sempre aquela primeira impressão. Aquela primeira de que o cara cometeu o crime. Muitas vezes, depois o mesmo telespectador que está ali, não está no outro dia.

Daí fica com ele a imagem que você cometeu aquele crime.

Pediria a gloriosa Rede Globo que tanto dinheiro recebeu desse Brasil, desse Estado, que agora fosse justa e principalmente a Gazeta do Povo.

A Gazeta do Povo até em algumas partes mostrou nas entrelinhas que o funcionário não pertence ao meu gabinete. Espero que eles façam essa justiça. Porque a gente pagar por algo que não teve, ninguém quer isso. Não aceito esse tipo de coisa e espero que eles consertem.

Ao terminar o meu pronunciamento pediria também ao Deputado Marcelo Rangel que está aqui. Imagine o que eu sofri em Ponta Grossa hoje.

Mas gostaria de pedir a V. Exa. que pedisse ao seu pai lá na rádio, não sei se a Rede Globo vai dizer lá, que eu não cometi aquele crime.

Como o povo mais humilde de Ponta Grossa gosta de mim, trabalho para eles e a rádio do seu pai é muito ouvida, que o senhor tivesse o princípio do jornalismo e respeito, que a Globo não vai dizer para o Jornal Nacional. Como vocês colocaram a fita da Globo na rádio, colocando o William Bonner dizendo que era eu, não sei se ele vai repetir. Pediria que o senhor falasse lá e dissesse que houve um equívoco e que o Presidente da Assembleia assegurou que essa funcionária não era minha. O prejuízo é muito grande.

Só lamento e agradeço a deferência e isso me entristece.

Vou dizer para o senhor que sou um cara animado, com vontade de trabalhar, não desanimado, trabalho pela manhã, à tarde e a noite. Levanto às 5h da manhã e vivo arreventado, mas ando desanimado e confesso a V. Exa. que vou pensar muito para a próxima eleição.

Esse ato para mim é um ato de assassinato. Assassinato de uma pessoa, porque quando você assassina, você dá um golpe, tira uma faca, eu já sofri bastante. Mas esse ato foi muito pesado, porque mexe com uma pessoa que sempre defendi, jamais faria isso.

Espero que o pessoal de rádio tenha o devido respeito, peça a seu pai, principalmente o Deputado Marcelo Rangel, que pelo menos fale, que o Presidente da Assembleia disse que a funcionária não é dele.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Quero primeiro manifestar uma coisa interessante, como os nossos corredores estão cheios. Isso é muito positivo, porque hoje nós temos a movimentação dos professores, uma mobilização nacional. Quero aqui enquanto Presidente do Partido dos Trabalhadores e reconhecemos todas as conquistas que essa categoria teve durante o Governo Roberto Requião, muito boa, muito avançada, mas que a luta é uma necessidade.

Somos favoráveis a essa manifestação e damos a ela todo apoio.

Quero também parabenizar parabenizar sua intervenção, Sr. Presidente. Quero dizer que o senhor tem o nosso voto de confiança por tudo o que o senhor assumiu quando votamos em V. Exa. para Presidente desta Casa e muitas coisas foram conquistadas.

Ontem, quando conversamos com o Deputado Tadeu Veneri, falamos sobre a prestação de contas, de que além da transparência, ficou mais prático para nós, que queremos de fato prestar contas daquilo que gastamos, o quanto ficou melhor, transparente e acessível este tipo de coisa. Reconhecemos que isto é um avanço.

Também quero fazer minhas as suas palavras, da necessidade urgente de que se avalie o que aconteceu, se descubra o que está acontecendo.

Compreendo que há 10 anos atrás a sociedade era uma, as práticas políticas também eram outras, não concordo com elas e acho que tem que ser modificado. Reconheço as modificações e aqui insisto da necessidade de que seja auditadas, verificadas e que os responsáveis respondam legalmente, caso existam, por tudo o que está acontecendo. Afinal de contas, estou convencido de que a Assembleia tem avançado muito o seu espaço político, do debate da mudança da sociedade paranaense e fatos como este empobrecem o debate político que está aqui. Não podemos mudar nossa pauta. Nossa pauta é discutir a política do Estado, é Oposição e Posição, refletir o que é melhor para o Paraná. E aqui cumprimos nosso papel de Parlamento.

O que é um Parlamento? Do italiano, nós falamos. Nós debatemos. Refletimos. Este assunto, de maneira nenhuma, seja colocado em segundo plano. Mas, que seja resolvido. E que esta Casa continue com aquilo que é fundamental: o bom e necessário debate político para discutirmos o que é melhor para o Estado.

Enfim, para encerrar, passo novamente a nossa posição: da extrema necessidade de uma auditoria em cima disso. E que o Ministério Público, como V. Exa. já fez muito bem, conversando com o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, possa mais uma vez nos ajudar nesta grande mudança que V. Exa, coordenando, está fazendo na nossa Assembleia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra, pela ordem, à Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço um minuto da atenção dos nossos colegas Deputados e da imprensa, em especial, dizer que em nome da funcionária nomeada no meu gabinete também apareceu, através de um ato, como sendo exonerada e nomeada no mesmo dia.

Queria esclarecer que ela é minha funcionária, está corretamente nomeada. Foi sim, exonerada do gabinete parlamentar do seu Deputado, que não foi reeleito. Portanto, foi exonerada mesmo, no dia 1º de fevereiro de 2007 e posterior a isto nomeada no meu gabinete, onde presta serviços.

Então, queria registrar, na mesma linha do Deputado Jocelito Canto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A senhora pode ter certeza de que esta comissão vai dar a resposta a todas estas questões.

Concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados que nos acompanham.

V. Exa. já fez menção às matérias colocadas no dia de hoje. Certamente para nós da Assembleia Legislativa, para as Deputadas, para os Deputados, é um dia que, como eu conversava com o Deputado Durval Amaral, exige uma reflexão bastante grande.

Porque exige uma reflexão bastante grande? Primeiro, porque como foi dito aqui, há determinadas situações apontadas e obviamente aquilo que foi dito quero corroborar, como já fez o Presidente, o nosso partido, com a iniciativa de termos não apenas uma comissão interna, mas termos o Ministério Público Estadual acompanhando. Se houver e se assim for o entendimento, se houver qualquer vinculação a recursos que tenham sido apropriados de forma indevida, porque afinal o nome do Deputado Jocelito Canto foi colocado e valores foram colocados, é preciso que publicamente se diga, se afinal estas pessoas não receberam, alguém recebeu, se há necessidade de se fazer isso, que se faça.

Quero aqui também, Sr. Presidente, fazer duas ponderações, sendo que uma delas diz respeito ao Diário de quarta-feira, dia 31 de março, que colocado pelo jornal Gazeta do Povo é tido como um dos Diários que teria sido feito de forma excepcional ou teria feito no dia 31, quarta-feira, quando na verdade dia 31 era uma segunda-feira. Por uma situação específica há, não apenas do nosso gabinete, a Maria Rosa Chaves Kunzle, mas há também Jucelio Batista de Oliveira, do Deputado Pedro Ivo; Alexsander Denaluz, do Deputado Osmar Bertoldi; Agostinho Iarocrinski, do Deputado Marcelo Rangel; João de Freitas Ferracioli, da Vice-Presidência; Roberto Oliveira de Souza, da Deputada Luciana Rafagnin; Jorge Machado dos Santos e Elizandro Pinheiro de Souza, do Deputado Mauro Moraes, e claro que ao acaso, possivelmente, uma dessas pessoas foi colocada, que é a funcionária Maria Rosa, que não está mais na Assembleia e eu trouxe inclusive aqui o pedido de exoneração que foi feito e já havia sido solicitado isso, até porque essa pessoa não está mais aqui na Assembleia, está com outra ocupação. A exoneração solicitada no dia 31 de março de 2008: exonerar, a pedido, Maria Rosa Chaves Kunzle, do cargo em comissão, do gabinete.

Então, fico me perguntando algumas coisas que certamente poderemos responder e outras que não, mas principalmente me preocupa muito, porque não temos os Diários colocados na internet e talvez seja esse o

caminho, e rogo ao Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, que junto com a comissão estude a possibilidade real de colocarmos todos os Diários da Assembleia Legislativa, por meio eletrônico, disponibilizados na internet. Se é um, se são dois, três, quatro, cinco se são seis eu não sei, até porque, como foi dito aqui, não é função deste Deputado, não é função desta Presidência acompanhar.

Agora, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tenho o maior respeito pela imprensa, continuarei tendo e acho que a imprensa faz um papel fundamental no nosso País e temos que entender que há uma denúncia feita, ou se ocorrerão outras, afinal se prevê um número determinado, é preciso que todos nós, todos os Deputados, sem exceção, tenham, a qualquer tempo, acesso a todos os Diários Oficiais e a imprensa também, para que não tenha aquela informação que está Gazeta, de que alguns Diários são feitos em número de 10 ou 15, que não sei se o funcionário falou equivocadamente ou se falou porque era no meio da conversa, mas o que sei é que não pode pairar qualquer ato dentro desta Casa.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Estou com este Diário, que foi dito que é um Diário excepcional, da quarta-feira, 31 de março de 2008, que na verdade não seria uma quarta mas uma segunda-feira, e que na página 14, que é a página publicada, traz essa relação. Ora, há outras páginas? É preciso que nós todos saibamos o que está nas outras páginas. E não é o Deputado Elton Welter, não é o Deputado Pugliesi, não é o Deputado Tadeu Veneri, mas é a população do Estado do Paraná, os eleitores, que sempre temos tido, Deputado Nereu, a preocupação de defender esta Casa, mas quem mais defende esta Casa, acima de qualquer Deputado, é a população do nosso Estado. É ela que entende a necessidade de termos a Assembleia funcionando com todos os seus direitos, com todos os seus equívocos, com todos os seus erros; mas com todo o seu direito de ser representante legítimo da população do Estado do Paraná.

Não acho que seja um dia bom, Sr. Presidente, não acho nem que V. Exa., e nenhum Deputado de partido nenhum aqui possa ficar contente quando vê matérias como essas. Acho que isso nos entristece. Mas também pode ser isso, sim, o motivo para nós, assim como já fizemos outras vezes, V. Exa. enumerou os avanços que tivemos em quatro, cinco anos, que não teríamos talvez em outro período. Desde a redução do recesso, outras situações que foram colocadas, a própria TV que neste momento as pessoas que queriam estão nos acompanhando. E foram avanços feitos. E acho, Sr. Presidente, que podemos avançar mais. Quando é feito o processo de cadastramento é um avanço, sem dúvida nenhuma.

Temos tido aqui nesta Casa, muitas vezes, e V. Exa. sabe, uma posição, e já fazia assim, o Deputado Durval Amaral acompanhou, o ex-Presidente, hoje Presidente do Tribunal de Contas, e temos tido muitas vezes nesta Casa embates duros, necessários, mas sempre leais. Quando há cinco anos atrás solicitamos a relação dos funcionários desta Casa, ativos, pensionistas e aposentados, entendíamos que havia naquele momento necessidade. Isso foi feito. Não foi feito o total? Talvez não, mas foi feito. Avançamos inclusive para fazer o cadastramento de todos, para fazer o reenquadramento salarial de todos. Agora, é claro que precisamos disponibilizar de forma a não causar nenhuma dúvida sobre aquilo que fazemos aqui dentro.

Eu não tenho nenhum funcionário, e acredito que ninguém tenha, que não esteja devidamente registrado, que preste serviço dentro do nosso gabinete, que quando exonerado teve sua conta encerrada, se utilizada apenas para esse fim; se em conta particular utilize com bem entender, afinal é de sua livre prerrogativa fazê-lo. Mas me preocupa que uma matéria que traz uma informação, não apenas como essa que está aqui, não apenas como aquela que sai no Jornal Nacional, e que não constrange apenas o Deputado Jocelito Canto, constrange a todos, porque afinal é preciso que se diga, afinal essas pessoas não trabalham, não eram registradas?

Então, a Rede Globo está totalmente errada, porque elas não receberam, ou se receberam, receberam como, por quê e quando? A partir de quem? Não há mais condições de meias palavras. Se assim o fizermos, e não vejo nenhum sinal para que não façamos, o próprio Presidente já sinalizou claramente que conversou com o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior na manhã de hoje, deixaremos sempre margens para especulações. Aliás, hoje me telefonaram, Sr. Presidente, me perguntaram: “Mas afinal essa funcionária foi mesmo exonerada?” Foi. Nós temos, e solicitei hoje inclusive, depois que telefonaram, solicitei hoje à Casa a cópia dessa exoneração, que está aqui junto com outros seis, também exonerados, funcionários desta Casa. Claro que talvez por ter sido a primeira da página, coube a ela abrir essa página, mas se há outras informações, que venham, e que nós, com serenidade, possamos responder a todas elas, e que possamos avançar a partir daqui.

Vejo algumas vezes as coisas feitas de forma açodada. Vi quando no Senado, aquilo que se consignou como ato secreto, transformar o Senado num lamaçal, e vejo com muita tristeza, porque o Senado também nos representa. Não há contentamento para ninguém, Sr. Presidente, para ninguém de partido A, B ou C, daqueles que estão fora da Assembleia Legislativa, daqueles que pretendem disputar eleições, daqueles que já foram Deputados, daqueles que estão em outros Poderes, não há. Porque todas as vezes que estamos em dúvida sobre o Poder Judiciário, com o aliás temos; sobre o Executivo, como aliás temos; ou sobre o Legislativo, isso reduz a percepção da população e a sua crença na democracia, e ao reduzir a crença da democracia sempre ficamos sujeitos a todo tipo de aventura.

Espero que essas outras oito reportagens que vão sair tragam luz, se assim for o objetivo. Há problemas que muitas vezes são colocadas e que possamos ter respostas. Teremos que ter respostas. Cabe sim a todos os Deputados, como lição de casa, fazer a conferência de todos os nomes que saem ou deixam de sair. Mas cabe, a quem tenha a responsabilidade, e se porventura for apurado que há erro, que se puna o erro. Se for apurado que não há erro, mas que há má-fé, não quero fazer nenhuma antecipação de juízo, até porque seria leviano, mas estamos trabalhando com uma denúncia muito grave, Sr. Presidente, V. Exa. terá toda solidariedade desta Casa. Se houver erros, esses erros foram cometidos de forma a lesar o patrimônio público, toda pessoa que fez isso, independente da posição que ocupe, tem que responder por isso.

Não podemos mais viver com a conciliação por cima. E V. Exa. disse bem, o nosso papel é defender esta Casa, mas é defender principalmente aqueles que acreditaram e que nos colocaram nesta Casa; é defender a população do Estado do Paraná; é defender que a democracia é o melhor para nós todos. E quando a democracia é colocada em jogo, colocada em dúvida, porque muitas vezes atos que fazem com que tenhamos dúvidas da Câmara de Vereadores da menor Cidade do nosso País, ou da Câmara Federal, muita gente passa a olhar como desnecessário esse Poder. E a última vez que olhamos como desnecessário esse Poder tivemos um longo período de autoritarismo.

Como todos os erros que a Assembleia Legislativa possa ter, ainda é a melhor expressão da sociedade. Tenho dito isso a todas as pessoas que converso. Temos todos os erros que queiram nos apontar, mas ninguém vem para cá sem voto. Que atravessemos esse período, que é um desafio, e que possamos sair dele melhor, maiores, mas transparentes. E se houver responsabilidade por atos que visam fazer com que esta Assembleia Legislativa seja transformada num espaço de apropriação particular, num espaço patrimonial, que essas pessoas sejam punidas no rigor da lei, porque é assim que esperamos que seja feito a qualquer cidadão do Estado. E que a Constituição Federal seja cumprida naquilo que diz no seu primeiro, talvez o mais belo artigo: *Todos são iguais perante a lei*. E não buscamos ser diferentes, queremos ser iguais, queremos o mesmo processo que o Ministério Público faz. E sairemos melhores do que se estivermos com a dúvida, porque a dúvida é uma péssima conselheira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. pode ter a certeza de que tudo que for apurado aqui será encaminhado à Justiça, com o conhecimento de V. Exas.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente, solicito minha inscrição também no Horário das Lideranças.

(Assentimento)

Presidente Nelson Justus, Deputado Scanavaca, Deputado Miltinho Pupio, nosso médico do povo Dr. Batista, colegas Parlamentares, visitantes e os paranaenses que acompanharam a transmissão pela TV MERCOSUL, pela TV SINAL e pela internet.

Recebo e-mail da grande liderança do Distrito de Paiquerê de Londrina, Maria Lúcia. Ela está preocupada porque foi sub-Prefeita ali e tem uma estrada feito pelo DER, que liga Paiquerê a Irerê, que é puro buraco. Essa estrada dá acesso, também, ao patrimônio de Guairacá, que é um grande centro produtor agrícola de Londrina. Primeiro, falta concluir o asfalto que vai de Paiquerê até Guairacá. Segundo, essa estrada rural - Irerê - Paiquerê - está totalmente tomada por buraco e a Maria Lúcia defende não um tapa buraco, um remendo, o ideal seria passar uma lama asfáltica de ponta a ponta na estrada para poder contribuir com os agricultores no escoamento da safra agrícola.

Recebo uma correspondência que é uma moção de repúdio. *Deputado Belinati, sou amiga da Dra. Isabel Cristina, que creio que V. Exa. conheça, creio também já lhe tenha falado da moção de repúdio à ADPF n° 54 - aborto de anencéfalos*. Tem aqui as assinaturas e, o movimento contra o aborto de anencéfalos, deseja colher assinaturas junto a nós Deputados, no sentido de uma manifestação. *V. Exa. deve saber que o Supremo Tribunal Federal permitindo o aborto em caso de anencefalia, estará criando uma terceira excludente no artigo 128 do Código Penal e, com isso, o Supremo estará legislando, o que será inconstitucional*. Então, estão contra a permissão, Pastor Edson Praczyk, nosso querido Bispo, sobre àquelas crianças que nascem com anencefalia e, de repente, está sendo permitido o aborto quando detectado que a criança vai nascer com esse problema. Então, temos essa manifestação do Alexandre Luiz Antônio da Luz contra essa permissão do aborto, de matar a criança que está detectado que vai nascer com essa doença. É um movimento a favor da vida, contra o assassinato, contra a morte dessa criança indefesa, ainda que ela venha ao mundo com esse problema. Fica registrada a manifestação que apoiamos, também, do Alexandre Luiz Antônio da Luz.

Recebo da grande líder, esposa de policial militar, eterna Vereadora de Londrina, Vera Rubbo, grande batalhadora, que está junto com as esposas dos policiais, batalhando para que o aumento que vamos votar aqui não trate ninguém de maneira diferente, que haja um aumento igual para todos os policiais militares, para os bombeiros militares também. A Vera Rubbo está de parabéns por essa garra. Olha, as esposas dos policiais estão de parabéns. Os policiais não estão acovardados,

não, é que o Militar, se abrir o bico, o Requião falou que põe na rua, que prende. O Requião é um machão ameaçador. Governador Requião, para que ficar ameaçando? Por que essa prepotência, essa arrogância?

Passa a usar o horário da liderança do PP

Governador Requião, o mesmo que chamou os trabalhadores da Refinaria de Araucária de palhaços. Adoro palhaços. Quando vou ao circo vou mais para me divertir com os palhaços. É uma profissão. Por que quando a pessoa quer ofender alguém invoca a figura do palhaço? Não dá para entender. Então, o Requião tem que tratar o povo com educação, com respeito, tratar os policiais civis, policiais militares, os bombeiros, os servidores públicos, parar com essa coisa: eu demito, ponho na rua, bando de palhaços. Respeito cabe em qualquer lugar. Acho que o Requião não gosta de ser ofendido por ninguém, então ele tem a obrigação também de respeitar todas as demais pessoas, respeitar aqueles que concordam com o seu Governo e aqueles que não concordam com algumas atitudes do Sr. Requião como Governador. O povo não gosta de pessoa truculenta, de pessoa violenta, de pessoa que não se comporta com educação perante as demais criaturas. Então, fica o registro que muitos policiais gostariam de estar, aqui, nas galerias, manifestando, reivindicando um aumento de salário justo, mas não pode porque o Requião está aí, ameaçador, põe na rua, põe na cadeia.

A Dona Laura Jesus de Moura e Costa - Presidente do SIND/SEAB - é a respeito também do aumento salarial que o Requião está propondo para os servidores públicos. Vou ler porque recebi agora há pouco esse documento. A Dona Laura Jesus de Moura Costa, é uma batalhadora pelos funcionários da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que quer que tomemos uma posição para evitar uma injustiça que esse projeto de aumento salarial para funcionalismo está praticando contra o pessoal da SEAB. Vamos lutar. Depois vamos ler. E amanhã, me comprometo, vou voltar à leitura desse documento.

Falando sobre os policiais, gostaria de dizer o seguinte: vou votar a favor do aumento que o Requião está propondo para os Oficiais, para Coronel, Tenente-Coronel, para Major, para Capitão, para 1º Tenente, 2º Tenente, Aspirante - Oficial, vou votar a favor, mas com uma ressalva, vou votar também, batalhar por uma emenda para corrigir a injustiça com os Soldados, Praças, que têm um salário que temos que usar um telescópio para enxergar.

Por exemplo, o movimento dos Soldados, Praças e das esposas dos policiais não está contra que Coronel passe a ter um salário de R\$ 11 mil 655, vamos votar a favor, parabéns aos Coronéis. Parabéns ao Tenente-Coronel. Agora, por exemplo, vejamos aqui: o 1º Tenente defendemos que o seu salário seja de R\$ 8 mil e 519; para

o 2º Tenente defendemos que seja de R\$ 7 mil e 668, Aspirante-Oficial de R\$ 6 mil e 200; do Subtenente R\$ 6 mil e 200; do 1º Sargento que o salário vá para R\$ 5 mil e 559; 2º Sargento R\$ 5 mil e 209; 3º Sargento R\$ 4 mil e 976. Defendo e vou batalhar por essas emendas, que uma Cabo da Polícia Militar ou um policial dos Bombeiros, o salário do Cabo vá para R\$ 4 mil e 452. E vou defender, aqui, também, com unhas e dentes, com muita paixão, que o Soldado de 1ª classe seja premiado, contemplado, não esse aumento que o Requião está querendo dar, esse não é aumento para Soldado, vamos defender aqui que o salário do Soldado de 1ª classe vá para R\$ 4 mil e 312 e para o de 2ª classe seja de R\$ 4 mil e 79. Vamos votar o aumento para os Oficiais da Polícia Militar, de acordo com a proposta do Requião. Vamos votar contra a proposta do Requião, quando ele quer dar um aumento insignificante, desumano e vergonhoso, em um tratamento que não existe. Acho que o Governo tem que tratar a todos com igualdade, jamais com desigualdade e desumanidade. Essa será a nossa grande luta nesta Casa. Somos poucos, aqui, na Bancada de Oposição. Somos 54 Deputados. Mas, vamos lutar com muito amor e com muita garra, para corrigir e evitar essa grande palhaçada, esse grande ato desumano, que é esse aumento injusto que está sendo proposto aqui.

Queremos defender que a vacinação, contra a Gripe Suína, atinja a toda a população. A gripe está matando, já temos mais dois casos de mortes comprovadas no Paraná e várias pessoas novamente afetadas pela gripe. Há pessoas que não tinham contraído a gripe, mas ela voltou a atacar. Entendo que a vacinação tem que contemplar o idoso, a pessoa de meia-idade, o jovem e a criança. É lamentável a discriminação, que uma faixa, uma parte da população tenha a vacina de graça contra a Gripe Suína e uma outra faixa fique de fora. Não concordamos com isso. Se a gripe mata ou pode deixar sequelas, uma estrago na vida, na saúde da população, entendemos que todos os brasileiros e brasileiras, todos os paranaenses tenham o direito e sejam vacinados contra essa gripe perigosa, que pode causar até o óbito, à morte.

Conversávamos no almoço com o Deputado Romanelli. Achamos interessante uma postura que esta Casa tem que adotar, sobre o pré-sal.

Achei muito interessante, porque até agora estamos em silêncio aqui. O Rio de Janeiro está com um merchandising e um marketing poderoso, usando jornais, rádios e redes de televisão, para dizer que o dinheiro do pré-sal, que é o petróleo encontrado no fundo do mar, há 300 quilômetros da sua costa, tem que ir para esse Estado e para Vitória. Que se esse dinheiro não for para o Rio, até as Olimpíadas e a Copa do Mundo serão prejudicadas.

Ora, se é um patrimônio da República chamada Brasil, entendemos que o dinheiro que virá como fruto desse pré-sal, que serão muitos e muitos milhões, tem que ser repartido para todos os Estados. Não é só para onde houve Copa do Mundo e Olimpíadas, ou apenas

para o Rio de Janeiro e Vitória, porque ali eles estão encontrando o pré-sal. É Brasil, então, o Governo não pode privilegiar Rio de Janeiro, Espírito Santo, ou esse, ou aquele Estado. Essa riqueza tem que ser repartida com todos os Estados. Porque cada Estado, independente da Copa do Mundo e de Olimpíadas, arrecadando uma parte daquilo que a PETROBRAS terá com o pré-sal, o Governo terá mais dinheiro para fazer mais hospitais, creches, escolas, rodovias e melhorias para a nossa população.

Então, vamos ficar vigilantes, porque há sim uma grande campanha da mídia nacional, para favorecer o Rio de Janeiro como se o Brasil fosse até o Rio de Janeiro. É uma cidade maravilhosa, sim, que admiramos que encanta o mundo inteiro, mas não podemos pegar algo que é de propriedade de todos os brasileiros e privilegiar apenas o Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esse dinheiro tem que chegar. O Presidente Lula não pode tomar uma posição para privilegiar um ou dois Estados em detrimento do restante do Brasil.

Deputado Romanelli, parabéns, parece que V. Exa. deve liderar uma corrente para brigar pelo Paraná, para que o dinheiro que é dos paranaenses não vá para outros Estados. Estamos juntos com o Deputado Romanelli nesta grande causa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna mais uma vez para falar da 36ª Expo-Umuarama.

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A 36ª Expo-Umuarama/ 9ª Internacional, realizada entre 4 e 14 de março de 2010, entra na história das exposições, cabendo registrar que dois aspectos foram imprescindíveis para todo esse sucesso. O primeiro deles é a organização, o planejamento, o preparo técnico e emocional de toda a equipe liderada pelo Presidente da Sociedade Rural de Umuarama, Sidney Lujan, com apoio da Prefeitura Municipal, a frente o Prefeito Moacir Silva. Na abertura do evento contamos com a presença do Senador Osmar Dias e na sequência também estiveram visitando a Expo-Umuarama e o Vice-Governador Orlando Pessuti, o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, Gleisi Hoffmann, o apresentador da TV Band, Luciano do Valle, entre outras importantes personalidades, haja vista que até mesmo o Príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança enviou representante.

Foi um evento que marcou época em amplo aspecto, com sucesso nos números e na satisfação demonstrada por visitantes e expositores, além do absoluto sucesso no Mega Rodeio Show. Os números ainda

não foram totalmente finalizados, mas podemos adiantar que, mesmo com chuva nos dois últimos dias, a quantidade de visitantes ficou dentro das expectativas, acima dos 270 mil dos 11 dias. Nos negócios as estimativas foram superadas, ficando acima de R\$ 15 milhões, e nos leilões a comercialização girou em torno de 95%, com venda de animais de excelente qualidade genética, reprodutores PO, machos e fêmeas para cria, recria e engorda.

A Expo-Umuarama foi uma passarela para mais de 15 raças, entre bovinos, equinos, suínos e caprinos. Cerca de 7 mil e 500 animais participaram nos julgamentos, leilões, rodeios, provas e exposições. Passaram por lá exemplares dos mais avançados resultados da melhora genética. Animais de belíssimo porte, com excelente nível de produção de carne, leite, sêmen. A grande estrela do setor animal da Expo-Umuarama foi certamente o Nelore. A raça é predominante da Região Noroeste, que tem o maior rebanho de gado de corte do Paraná. Nos leilões, vários lotes foram disputados por compradores que vieram de diversos Estados do País buscar aqui os melhores exemplares da raça e seus cruzamentos.

A taxa de ocupação nos hotéis de Umuarama, ficou acima de 90% nos dias que antecedem e durante a exposição. Praticamente todas as empresas que produzem, comercializam ou prestam serviços, sentem os reflexos positivos da exposição. Cerca de 3 mil empregos temporários diretos e indiretos foram gerados no período.

Outro aspecto importante da Expo-Umuarama está relacionado à disseminação da cultura, educação e conhecimento. Muito além de uma festa, a exposição é uma verdadeira sala de aula a céu aberto. Paralelamente foram realizados cursos, palestras, seminários, visitas técnicas. Estima-se que, pelo menos, 30 mil alunos de todos os níveis educacionais estiveram na Expo. Eles puderam ver de perto a estreita relação entre o campo e a Cidade e a importância das cadeias produtivas, da agropecuária e da conservação do meio ambiente para as futuras gerações.

Entre os cursos, destaque para o Programa Cozinha Brasil do SESI, que trouxe para dentro da expo-Umuarama a oportunidade para que cozinheiras, merendeiras e pessoas da comunidade pudessem aprender um pouco mais sobre o preparo racional de alimentos.

Durante a exposição, várias obras foram inauguradas. Entre as novidades, destacamos a Rua das Instituições. O espaço foi contruído em parceria com a Prefeitura de Umuarama. São 500m de asfalto e calçadas, onde foram instaladas instituições e corporações como a Secretaria Municipal da Saúde, SESI, SENAI, além do posto avançado de segurança, para as Polícias Civil e Militar, bem como Guarda Municipal e Corpo de Bombeiros.

Quatro novos pavilhões construídos especialmente para a Olimpíada do Leite, também foram inaugurados. Planejados especialmente para a ordenha de animais de alta lactação, os pavilhões tem ao todo 600 m2 de área construída. Só aqui o investimento ultrapassa os R\$ 200 mil, parceria com o Governo Federal, Ministério do Turismo e Prefeitura de Umuarama.

A Rua da Agricultura Familiar é outro espaço que foi inaugurado durante a Expo 2010. Foram construídas 24 novas plataformas, com 28 m² cada, num total de 700 m². Esses espaços abrigaram empresas especializadas no agronegócio familiar, com oportunidade de negócios, informações e conhecimentos voltados especialmente para o produtor rural. A rua também ganhou recape asfáltico nos seus 1 mil e 100m de extensão.

Gostaria de registrar agradecimento especial às Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, Exército, Guarda Municipal, Polícia Rodoviária, pelo excelente trabalho na segurança da exposição que, pelo segundo ano consecutivo não registrou nenhum incidente ou acidente grave. Por fim, o agradecimento a cada visitante, criança, jovem, adulto. Em nome da população de Umuarama, agradeço às pessoas que vieram dos mais diversos cantos do Brasil para se divertir, trabalhar, ensinar, aprender, trocar experiências, mostrar sua arte, seu conhecimento”.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário do PDT, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Belinati que atentamente assiste nosso início de pronunciamento.

A cada dia que volto do interior do Paraná e a cada dia que me desloco nas ruas de Curitiba e na grande Curitiba, percebo que o problema da Segurança está, efetivamente, no limite. Nos Municípios pequenos, nos Distritos mais longínquos, aqueles da vida de antigamente, num passado recente, a vida pacata, aqueles das famílias da agricultura, de uma praça só, de uma rua só, que viviam numa tranquilidade, hoje já não podem mais viver tranquilamente. Infelizmente estamos coletando um conjunto de denúncias da população dizendo que não podem mais viver com falta de policial. Ainda esta semana recebi a reclamação do Distrito de Socavão, em Castro. Esta semana mesmo, Belinati, estive em Londrina, no Distrito de Maravilha, e é a mesma reclamação! Nos mais diversos Distritos do Paraná aquela angústia está presente na população.

Sabem o que está perturbando mais a sociedade? São os dependentes químicos, são aqueles que estão no mundo da droga, os usuários de droga, os alcoolizados, ambos não são viciados, são doentes. Aí fico pensando como é que a mãe de família, em uma casa, pode ter perspectiva de que seu filho volte a ser uma pessoa normal, que não pratique pequenos furtos, que não esteja no mundo da criminalidade, que volte para a escola e para a sua casa de uma maneira normal. Quando ele já está

doente, seja por alcoolismo ou por droga, o cidadão não tem, às vezes, ou quase sempre, não tem R\$ 300 por dia para dar a alguém da sua família uma clínica para recuperação do dependente químico. E as mães e os pais estão indo ao desespero, sabem muito bem as famílias que estão me assistindo neste momento o que é ter uma pessoa dependente de álcool ou de droga dentro da sua casa e sem poder ter uma perspectiva.

Sabe de quem é a responsabilidade para oferecer essa perspectiva? É do Estado. É sim do Estado, por isso coloquei uma emenda no orçamento do Estado para que se construa clínicas de recuperação para dar oportunidade à essas famílias de recuperarem os seus doentes nas suas casas.

Sinceramente, Deputado Elio Rusch, a quem acabo de cumprimentar, porque tenho visto em V. Exa. uma ação parlamentar muito eficiente, muito alerta na fiscalização, tenho ido com o Governador Requião a Londrina, por exemplo, esta semana inaugurar o hospital da zona Sul, e ontem estive em Pinhais também inaugurando um hospital. Sei que está se investindo bastante em obras físicas, compra de equipamentos para hospitais, mas hoje pela manhã estive no gabinete do Governador e disse para ele: Governador, o senhor poderia, antes de deixar o seu Governo, anunciar à população do Paraná que o Estado vai construir clínicas para a recuperação de dependentes químicos, sobretudo nas Cidades-polos do Estado do Paraná: em Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, enfim nas principais Cidades, para que as pessoas tenham essa oportunidade de ver um membro da sua família voltando para o seio familiar e obtendo uma vida sadia. Aí o Governador me disse: “Estou deixando o Governo.” Mas vou dizer as Sras. e Srs. Deputados que temos que insistir, porque todos nós Deputados sabemos que isso é extremamente necessário.

Então, que venha o Governador Pessuti e quando assumir o Governo que anuncie o investimento para essa importante causa.

Gostaria de pedir aos Srs. Deputados que façam também os seus pronunciamentos nesse sentido, porque duvido que lá em Pato Branco, Cidade do nosso Deputado Augustinho Zucchi, as mães e os pais não estejam vivendo o mesmo dilema que estão vivendo os outros Municípios do Paraná. O cidadão, para ser curado da doença, tem que ingressar numa clínica onde tem uma equipe multidisciplinar, especializada para fazer com que o cidadão saia do ponto que vive. É preciso psiquiatra, psicólogo, atendente, clínico geral, é preciso, enfim, muitas palestras para tirar alguém que está no mundo da droga e do alcoolismo. É um tratamento que envolve a família, o tratamento tem que ser conjunto: doente e família. E o Estado não pode se omitir dessa grande missão. Porque não adianta apenas acharmos que colocando policiais para encher as nossas cadeias - é preciso ter os policiais, é preciso prender os bandidos - mas também temos que tratar da causa e, no caso, esta causa é nossa, essa luta é nossa.

O dinheiro público, para que ele tenha aplicação correta, tem que estar direcionado àqueles que mais precisam, e o pobre não pode pagar uma clínica particular para tirar do mundo da droga ou do alcoolismo. O cidadão não tem esse dinheiro. Então, vamos ajudar a fazer com que essas pessoas se libertem do crime, se liberte dos traficantes. Não vamos permitir que eles acabem entrando no mundo da droga e depois virem repassadores de droga e assim teremos uma sociedade comprometida. Os nossos jovens estão sendo atingidos terrivelmente.

Então, para concluir, faço mais uma vez um apelo ao Governo do Estado do Paraná para que faça investimento nessa área, para oferecer àqueles que precisam de tratamento que o Estado lhes ofereça esse tratamento. Porque do contrário não adianta o Estado fingir que está a serviço dos mais pobres quando não atacamos os principais problemas que afligem a nossa família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Deputado Antonio Belinati, nos comentários que diariamente faz na tribuna - diria que ele é um comentarista do cotidiano da sociedade paranaense - ele abordou nesta tarde um tema que discutimos hoje pela manhã. É um tema que todos os Parlamentares desta Casa puderam acompanhar nos últimos dias, até especialmente pelo folclórico choro - choro literal, do Governador do Estado do Rio de Janeiro. E reconheçamos aqui, não é à toa que o Governador do Rio de Janeiro está chorando, e muito. Por quê? Porque sabemos que a divisão dos recursos que são oriundos dos royalties do petróleo, dos royalties e outras participações especiais, é um dinheiro absolutamente essencial para poder equilibrar a profunda desigualdade regional que temos neste País. Olha, quando se trata aqui de discutir desenvolvimento regional temos aqui um mestre, doutor no tema, que é Deputado Enio Verri.

E quando o Deputado Federal do PMDB do Rio Grande do Sul, Ibsen Pinheiro, propôs uma emenda para alterar o projeto de lei que veio do Poder Executivo, que estabelece, fundamentalmente, uma divisão dos recursos oriundos da exploração do pré-sal, podemos verificar que na votação ocorrida na Câmara dos Deputados, não tivemos ali uma divisão entre Esquerda e Direita, não tivemos uma divisão entre Governo e Oposição, mas tivemos uma manifestação dos interesses nacionais fundamentalmente pautados na igualdade da distribuição dos recursos. E por que isso? Porque quando o legislador federal fez uma opção de acolher a Emenda Ibsen, ao contrário

do relatório do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Henrique Alves, que atendia, obviamente, a orientação política que veio do Governo Federal, ele fez dando uma nova destinação aos recursos que são oriundos da exploração do petróleo, mas especialmente do pré-sal.

Reconheçamos, Deputado Cheida, a quantos quilômetros da costa está o pré-sal? V. Exa. sabe, Deputado Marcelo Rangel? Está a 300 quilômetros da costa e 3 mil metros de profundidade! A profundidade até não interessa muito nisso, mas o que interessa é a distância. Como podem pretender três Estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, ficarem com praticamente todos os recursos enquanto a Nação fica à mingua? E o que fez a Emenda Ibsen? Alterou de forma radical, porque 50% dos recursos, que na verdade é 50% de 100%, ficam com a União, Governo Federal, e 50% seriam destinados naturalmente aos Estados produtores que têm na sua costa litorânea esses poços petrolíferos. Mas, indiscutivelmente, o prejuízo é do conjunto dos Municípios e Estados brasileiros.

O que fez a emenda? Redestinou esses recursos, ou seja: 50% vai se constituir um fundo especial a ser distribuído entre todos Estados e o Distrito Federal, respeitando os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados. E 50% vai pelo critério de distribuição e repartição do Fundo de Participação dos Municípios. Vamos ganhar muito, mas mais do que o Paraná ganhar muito, a sociedade paranaense ganha muito, ganha o Brasil inteiro. Porque nós sabemos: a maior parte dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios vai para o Norte e Nordeste, vai para a Região Centro-Oeste, para equilibrar justamente a desigualdade regional.

Mas os números são impressionantes. Apenas calculado o que já é produção da plataforma continental e mais 28% do pré-sal, já licitado pelo regime de concessão, apenas isto, estão excluídos aqui os 72% do restante do petróleo já conhecido e de passível exploração do pré-sal - que não estão incluídos nessa conta aqui que serão licitados pelo regime de partilha - o Paraná vai deixar de receber pela proposta do Governo Federal nº 296 milhões de reais por ano, ano referência 2017, para passar a receber R\$ 1 bilhão e 625 milhões.

Vejam o que está em jogo nessa votação que vamos ter no Senado da República e é fundamental que os três Senadores do Estado: Álvaro Dias, Osmar Dias e Flávio Arns tenham uma visão a favor do interesse do Estado e dos Municípios do Paraná, mas é necessário que essa Casa acompanhe.

Registrar que dos 30 Deputados Federais do Paraná 23 foram a favor, um foi contra e seis foram os ausentes.

São fundamentais, porque vamos ter que derrubar com certeza absoluta se o Governo Federal não negociar, vai ter que se derrubar o veto depois que eventualmente o Presidente da República poderá apor ao projeto de lei, que será votado no Senado e muito provavelmente vai votar a Câmara com alguma emenda.

Se o Presidente Lula quer dar dinheiro para o Rio de Janeiro é possível. Tira da União. Agora não pode querer pretender ele tirar o dinheiro dos Estados e Municípios, porque tem muita coisa em jogo.

Sabemos que 1 bilhão e 600 milhões, excluindo aqui os outros 2/3 do que estamos falando nós teremos R\$ 1 bilhão e 300 milhões a mais por ano.

São praticamente R\$ 100 milhões por mês de dinheiro. Um dinheiro importante que vai crescer 8%, 9% da nossa receita de ICMS.

O que estou dizendo é que esse tema que envolve a distribuição do dinheiro do pré-sal, o Governador do Rio de Janeiro pode chorar muito mesmo. Dizer que não vai ter Olimpíadas, que não vai ter Copa do mundo. Até porque se é com o dinheiro que pode ser investido na Educação, área de Saúde, na Segurança Pública do Paraná é que vai se fazer as Olimpíadas no Rio de Janeiro, sinceramente sem demagogia, é muito melhor que se invista esse dinheiro no Estado do Paraná, naquilo que pode melhorar a vida do povo paranaense, do que se investir nas Olimpíadas que é muito bom para o Brasil e todos temos que apoiar, mas não ao custo de deixar de receber a mais R\$ 1 bilhão e 300 milhões nos valores de hoje, por ano.

Tem muita coisa em jogo mesmo, é hora dos paranaenses demonstrarem essa União, os Deputados Federais já fizeram a sua parte pelo voto de 23, buscar os outros Deputados, o que votou contra, votou contra e os que estavam ausentes, estarem na Câmara dos Deputados quando for necessário votar novamente e que os Senadores do Paraná não falem ao nosso Estado.

Nenhuma conveniência política possa fazer com que eles deixem de votar essa repartição que essa emenda Ibsen definiu e a Câmara dos Deputados aprovou e que é fundamental para o nosso Estado.

Lamento o choro do Governador do Rio de Janeiro, mas se o Presidente Lula quiser enxugar as lágrimas dele é fácil, tira um pouquinho da União, dá para o Rio de Janeiro, dá para o Espírito Santo, mas ele tem que deixar o dinheiro para as futuras gerações, não é para esse Governo. É dinheiro fundamental para poder desenvolver as políticas públicas que atendem a população paranaense e que vão melhorar a vida das pessoas.

Por isso que esta Casa tem que estar extremamente vigilante. Vou propor para que possamos formar uma comissão especial, no sentimento de podermos fazer valer os interesses do povo paranaense e acompanhar estas votações, que são absolutamente fundamentais para nosso Estado e nosso País. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário destinado ao PPS/PMN, concedemos a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; vou trazer algumas notícias.

Entre elas, uma pesquisa que não é eleitoral. A pesquisa revela que 49% dos alunos sofre bullying.

(Lê):

Pesquisa realizada pelo laboratório de análise e Prevenção da Violência - LAPREV - do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - revela que 49% dos alunos de escolas públicas da Cidade sofrem bullying. Trata-se de uma modalidade de violência na qual um ou mais alunos agredem outros de forma repetitiva. A enquete ouviu 239 estudantes entre 11 e 15 anos de idade de três escolas públicas de São Carlos - a 230 quilômetros de São Paulo. O estudo mostra ainda que entre os alunos envolvidos com bullying, 26% foram exclusivamente vítimas, 21% foram alvo/ autores e intimidação e 3% considerados apenas autores.

O trabalho foi desenvolvido por Fernanda Martins França Pinheiro, psicóloga e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar. A supervisão da pesquisa é de Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, professora titular do Departamento de Psicologia da UFSCar e Coordenadora do LAPREV. Lucia explica que o bullying é um fenômeno que sempre existiu, mas ganhou maior visibilidade com as tragédias envolvendo assassinatos de estudantes em vários Países.

Um professor consciente talvez não permita que isso ocorra na sala de aula, mas na hora do recreio é frequente, esclarece. Essa modalidade de violência pode levar a pessoa a cometer suicídio nos casos mais graves, alerta a pesquisadora. Segundo ela, os números registrados entre os estudantes da Cidade são similares a outras pesquisas realizadas em outros Municípios do País. As pessoas que sofrem o bullying apresentam baixo desenvolvimento acadêmico, dificuldade de concentração e muitas vezes abandonam a escola, aponta Lucia. Segundo ela, os agressores também apresentam características como o uso de substâncias tóxicas. O trabalho - concluído em 2006 e divulgado agora na Revista CADERNOS DE PESQUISA DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS - faz parte das atividades do LAPREV. O laboratório também já desenvolveu um programa pioneiro nas escolas municipais de São Carlos, que neste ano estará presente em 20 escolas paulistas. Ele vai capacitar 1 mil professores e profissionais da rede de proteção das escolas estaduais e municipais no combate à violência. O LAPREV começa ainda neste ano uma pesquisa com estudantes universitários sobre o bullying. O objetivo é fazer um retrospecto com aqueles que praticaram e também com as vítimas dessa modalidade de violência e seus efeitos ao longo dos anos. O levantamento deve ser concluído dentro de três anos.

Pois bem, esta reportagem que fizemos questão de ler na íntegra, está publicada em um site chamado www.crnonline.com.br, que é central regional de notícias, traz as informações sobre este problema, Deputado Dr. Luiz Eduardo Cheida, V. Exa. que é médico e que também foi Prefeito da Cidade de Londrina e que conhece deste tema, apresentamos um projeto procurando prevenir esse problema que é o bullying, que o Governo do Estado se preocupa aqui no Paraná em fazer um trabalho de conscientização nas escolas públicas. Foi um projeto que foi aprovado aqui na Casa inclusive por votação unânime dos Deputados. Na hora da discussão todos puderam se manifestar favoravelmente, foi votado e aprovado, passou para o Governador sancionar e infelizmente o Governador vetou alegando falta de interesse público em um projeto dessa natureza.

Então, lamentamos profundamente essa atitude do Governo de não sancionar esse projeto, não transformá-lo em lei. Essa pesquisa traz aqui dados da Universidade São Carlos no Estado de São Paulo mas diz aqui que tem problemas no País inteiro. Esse bullying, para as pessoas que estão nos assistindo em casa, é aquela intimidação que acontece nos colégios principalmente em crianças pequenas para que uma criança comece a tirar sarro da outra, a intimidar e isso afeta psicologicamente a criança e podemos ver que a pesquisa mostra que tem alguns Países que chegam a ter índices de suicídio por causa desse problema.

Então, o nosso pedido aqui é que pudéssemos apreciar esse veto do Governo com relação a esse projeto sobre o tratamento do bullying aqui no Paraná para que aí possamos dar uma resposta á sociedade e ajudar, aqui no Paraná, a combater esse mal. Concedo um aparte ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para parabenizá-lo, Deputado Douglas Fabrício! Já havia feito isso quando da apresentação de seu projeto.

Dizer que se ele vier a Plenário, também faço coro com V. Exa. e peço que venha para que possamos apreciar o veto do Sr. Governador, já me posiciono, junto com V. Exa., contrariamente ao veto porque li o seu projeto, acho que ele é meritório e é uma das iniciativas mais importantes que esta Assembleia tomou, porque é um problema seriíssimo.

Antigamente, tínhamos o problema de uma criança intimidar a outra na escola e se resolvia o problema lá fora com os tapas que um dava no outro e assim a coisa se solucionava. Mas, com a escalada da violência fora da sociedade, incluindo dentro do seio familiar, essa violência se transferiu para dentro da escola. Então, hoje já não é mais no empurra e na troca de sopapo que se resolve a coisa, mas é muitas vezes na bala, no canivete, na faca e isso não apenas entre alunos, mas entre alunos e professores.

Até denunciava na semana passada que isso já deixou de acontecer em Cidades médias e grandes do Paraná, mas em escolas de distritos rurais está acontecendo, atribuindo-se, sem dúvida nenhuma, ao tráfico de drogas nessas escolas e a outras coisas pela simples violência que se vê, que vai desde os programas de televisão exibidos para crianças em horários que elas podem ver até os brinquedos, os apelos comerciais e outras coisas mais.

Então, quero estar com V. Exa. Acho que o projeto é extremamente meritório, a Assembleia tem que legislar sobre isso e o Paraná tem que reconhecer que essa questão existe e que precisa ser resolvida. Parabéns!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Também concedo um aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Rapidamente, só para, da mesma forma, dizer que me posiciono como se posicionou o Deputado Cheida. O senhor também terá, acredito que não seja diferente do restante do nosso bloco, o nosso apoio na derrubada do veto.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputada Rosane e Deputado Cheida!

Conclamar a todos os Deputados. Vou fazer uma articulação, vou conversar com o Presidente Nelson Justus para que traga então esse veto para que possamos apreciá-lo. É um assunto interessante e tenho certeza de que ao derrubarmos esse veto, vamos beneficiar o povo do Paraná, em especial as crianças que estão nas escolas públicas.

Obrigado, Srs. Deputados! Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado, V. Exa.!

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e srs. Deputados, na semana passada eu usava essa tribuna e fiz algumas considerações em relação a alguns programas do Governo do Estado, que procura constitucionalizar uns, outros eternizá-los. E eu disse naquela ocasião que mesmo o Governador Roberto Requião saindo do Governo, ele quer continuar administrando fora do Palácio, mas através dos seus programas, através das leis que ele quer deixar e através das emendas à constituição que ele procura ainda que sejam aprovados no seu Governo, ou ainda este ano. Disse naquela ocasião que cada Administrador, Deputada Cida, tem o seu estilo, cada Governador tem as suas preferências, e ele vai elencar no seu programa de Governo e durante o seu mandato como Governo eleger prioridades.

Ou seja, prioridade na área social, ou seja na Educação, na Saúde, na industrialização, enfim, ou destinar para cada segmento, para cada secretaria, algo que possa ajudar a desenvolver a economia do nosso Estado.

Agora, o que não posso aceitar, e nós, Deputado Dobrandino, é que o Governador no final do seu mandato, hoje é dia 16, se o Governador vai disputar um cargo, ele tem que sair do Governo no dia 02. Faltam 17 dias para o Requião deixar o mandato, faltam 17 dias para o Roberto Requião sair do Governo caso ele queira disputar um mandato eletivo.

Ora, como está chegando no final do seu mandato, também já estamos no mês de março, no final do Governo Requião e Pessuti, com as mensagens que esperamos que o Governo envie para essa Casa, são mensagens que possam dar sobrevivência à administração desse Governo, e dessa Administração. E nós em hipótese alguma podemos aceitar que o atual Governo queira mexer no organograma administrativo dos próximos Governos, que o Governador Roberto Requião que está no exercício há sete anos, dois meses e 16 dias, que ele procure agora, Srs. Deputados, faltando 17 dias, extinguir alguns fundos, mexer no organograma. Quer dizer, mexer na estrutura administrativa do Governo. É isso que não podemos aceitar. Ontem foram lidas duas mensagens, que segundo me consta uma talvez necessária, outra não.

Mas, uma outra mensagem que foi lida hoje se refere à distribuição dos recursos nas empresas estatais como será ser dividido com os seus funcionários. Deputado Waldyr Pugliesi a quem eu respeito, a quem eu admiro pelas suas posições firmes, muitas vezes até posições intransigentes em favor das suas teses, respeito o senhor pela sua posição que defende, agora não é justo que o Governador do Estado, no apagar das luzes, queira agora dizer como é que as empresas estatais deverão se comportar no futuro em relação ao lucro que elas vão obter na distribuição desse lucro, e como deverá ser distribuído para os seus empregados. Ele deveria fazer isso há sete anos atrás, ou deveria ter feito isso no seu segundo mandato há três anos, e não agora no final do mandato.

Veja uma outra mensagem que ele enviou aqui na Casa, cria uma outra companhia de desenvolvimento na forma de sociedade anônima de capital fechado junto com a CONESUL. Agora o Governador está pedindo para criar uma companhia de fomento que faça parte do CONESUL, sem uma exposição maior, no final do seu mandato! Ora, deixa isso para o próximo Governo!

Uma outra mensagem, veja aqui o que ele pede - e o Governador Roberto Requião é Governador pela terceira vez - essas mensagens e os fundos que ele quer extinguir já existiam todos em 2003, quando ele assumiu este Governo e o Governo passado, ele pede para extinguir o Fundo de Terras do Estado do Paraná; ele pede para extinguir o Fundo de Defesa de Interesses Difusos, que foi criado em 2000; ele extingue também o Fundo Estadual de Investimentos de Crédito Produtivo Popular do Banco Familiar; pede também para extinguir o Fundo de

Conservação Rodoviário do Estado do Paraná, que foi criado em 2000. Ele também extingue o fundo que cria o Fundo Estadual Antidrogas e assim por diante. Todos esses fundos já existiam. Se ele não usou esse fundos deixe para o próximo Governo. Talvez o próximo Governo possa utilizá-los. Não sabemos quem será o próximo Governador! Existem “n” candidatos pretendentes ao cargo de Governador. Agora, no final do mandato extinguir, mexer no organograma do Governo, não é justo!

Vamos, sim, aprovar as mensagens que dizem respeito ao atual exercício do mandato do Governador Roberto Requião, mas não vamos aprovar projetos que mexam no organograma, que possam inviabilizar ou que não deem oportunidade ao futuro Governador por em prática alguns fundos que ele procura extinguir. Por exemplo: extinguir o Fundo Paranaense da Mineração. Se esse fundo não está sendo operado, se está inativo, mas talvez o próximo Governo tenha interesse em pôr esse fundo em funcionamento. Na mesma mensagem ele muda a nomenclatura, muda também o objetivo da MINEROPAR. Aqui ele explica, com base na Constituição. Ora, a Constituição é de 1988 e a nossa é de 1989. Se for para adaptá-las, vamos adaptá-las. Mas não impedir que o próximo Governador não possa pôr em movimento um fundo que foi criado. Isso não altera em absolutamente em nada.

Uma outra mensagem que ele manda para cá, acredito que é muito polêmica e chamo a atenção dos Srs. Deputados, o Governador Roberto Requião objetiva, através de uma mensagem, criar uma taxa de controle de fiscalização ambiental no Estado do Paraná, conforme especifica, para empresas que possam ter certa potência poluidora, seja de pequeno, médio ou grande porte. Essas taxas seriam cobradas trimestralmente, que variam de R\$ 30 a R\$ 1 mil 350. E ele vai mais além, se as empresas não se cadastrarem até certo período sofrerão penas e a multa poderá chegar a até R\$ 9 mil.

Entendo que essa mensagem também não pode ser aprovada. Vamos deixar para o próximo Governador, para as próximas Secretarias, que elas exponham exatamente qual é o objetivo e o que querem fazer. Assim poderíamos citar “n” outras questões.

Mais uma questão que devo citar, nos poucos segundos que me restam. O Governador criou e estamos aqui discutindo, esta Assembleia está fazendo Audiências Públicas no interior do Estado do Paraná em relação ao salário-mínimo regional. É uma questão delicada, que merece todo nosso cuidado, toda nossa atenção. Agora, o que não é concebível é pôr na Constituição um dispositivo entrando no mérito, no futuro, como esse salário-mínimo regional deverá ser corrigido. Quer dizer, essa é uma PEC que ele envia à Assembleia Legislativa. Espero que a Casa, Deputado Nelson Justus e a Executiva da Mesa, deixem essa PEC parada, porque não é possível que o Governador, saindo do Governo, queira dizer como é que o salário-mínimo deverá ser corrigido nos anos seguintes. Ele está ditando a norma!

Ora, Governador Roberto Requião, seu mandato termina dia 2 de março, se o senhor disputar um cargo, e o Governo Requião/Pessuti termina em 31 de dezembro. Então, deixa para os próximos Governos instituírem de que forma vão querer administrar e de que forma será concedido o aumento no salário-mínimo regional no Paraná, que foi instituído por este Governo e aprovado por nós Deputados. Não podemos entrar nessa ciranda, sob pena de pôr em risco até a economia do Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

A pedido do Deputado Nishimori, registramos a presença na tribuna de honra, na Sessão de hoje, do Prefeito Fábio Chicaroli, de Lobato, e do Presidente da Câmara de Vereadores, Givaldo Cordeiro Ribeiro. Muito obrigado pela presença.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 023/10, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando incluso anteprojeto de lei dispondo a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas a serem distribuídos deverá ser dividido igualmente para que cada empregado receba a mesma quantia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 038/10, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação e ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a criação do cargo de Agente Educacional de Segurança no Quadro dos Funcionários da Educação básica da rede pública estadual do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 039/10, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação e ao Exmo. Sr. Governador do Estado, reparos ou reformas em geral, em caráter de urgência, na Escola Estadual Dias da Rocha, localizada no Município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 616, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 15 de março do corrente ano, por estar em compromissos políticos assumidos no interior do Estado (entrega de ordem de serviço para construção de quadra coberta e Biblioteca Cidadã), no Município de Nossa Senhora das Graças. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 617, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 10 de março do corrente ano, em virtude de entrega de ordem de serviço no Município de Faxinal. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 630-A, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 15 a 19 de março do corrente ano, por estar representando esta Casa de Leis em Brasília. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 211/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que determina a divulgação pelas administradoras de cartões de crédito dos dados que menciona. **Aprovada. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 410/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece a restrição do uso de vestimentas de proteção individual da área da Saúde, por frequentadores de bares, restaurantes e similares e dá outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 410/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a utilização de jalecos, aventais, e outros equipamentos de proteção individual, utilizados por servidores, funcionários e profissionais da área da Saúde, aos frequentarem estabelecimentos comerciais destinados a servir refeições, tais como bares, restaurantes e similares.

Parágrafo Único. Executa-se desta restrição a permanência em estabelecimentos no interior de hospitais e clínicas médicas, assim identificados.

Art. 2º Para efeitos desta legislação compreendem-se como equipamentos individuais de segurança da área da Saúde, todos os descritos na NR-32, publicada pela Portaria GM nº 939, de 18/11/08.

Art. 3º Estipula-se uma multa no valor de 100 UFIRs, cobrada em dobro em caso de reincidência, sucessivamente, a ser aplicada pela Secretaria de Estado da Saúde que ficará responsável pela fiscalização da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/03/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/10, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Bandeirantes Vila Industrial e Circunvizinhos - SABBI, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que denomina Wallace Thadeu de Mello e Silva o hospital regional de Ponta Grossa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 619, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só para dizer para V. Exa. que já recebi a certidão, aquela que eu pedi à Mesa, está devidamente assinada, e as funcionárias Germina Maria Leal da Silva e Vanilda não pertencem ao meu gabinete. Só para esclarecer aos senhores que estão assistindo e a quem interessar possa.

Segundo, eu pedi a retirada desse projeto por cinco Sessões, porque hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, pedi ao nosso relator, Deputado Nereu Moura, que fizesse passar na Comissão de Constituição e Justiça os outros dois projetos que são de autoria do Deputado Rangel e do Deputado Plauto Miró. E os dois passaram na Comissão de Constituição e Justiça, atendendo um pedido meu, de preferência, e eles estão em condições agora, tão logo passem pela Comissão de Saúde, que isso é bem rápido para fazer, possam vir para o plenário os três projetos, para que ninguém diga que eu quis fazer na marra, que eu quis fazer antes. Sei que eu podia aprovar o projeto de hoje, mas prefiro que venham os três para o plenário e este Plenário decida depois qual o nome que quer. O que eu quero, na verdade, é que o hospital funcione, a homenagem ao pai do Governador Requião acho que é uma forma de homenagear quem, na história da Saúde de Ponta Grossa, fez o hospital.

Então, peço a V. Exa. e aos Deputados que aprovem esse meu requerimento para que ele seja retirado por cinco Sessões para dar tempo de, democraticamente, todos virem ao plenário e o Plenário decidir.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 005/09.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Elogio V. Exa. pela maneira competente com que preside a Casa. Sr. Presidente, não é atribuição de V. Exa. seria apenas uma gentileza: há um projeto que é do aumento dos policiais e bombeiros militares e há muita ansiedade no Paraná, igual à história da criança que está para nascer, nasce hoje, nasce amanhã, na semana que vem. Então, os policiais militares, e principalmente as esposas, nessa grande ansiedade da votação desse projeto, estão curiosas querendo saber. V. Exa. teria condições de dar uma previsão de quando esse projeto do aumento para os policiais vai ser votado? Há a expectativa de uma grande mobilização de policiais e de esposas, porque eles querem assistir os debates e a votação desse projeto nesta Casa.

Agradeço a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado. O projeto seguiu hoje, depois da Comissão de Constituição e Justiça para a Comissão de Finanças. E tão logo venha da Comissão de Finanças será incluído na pauta, porque há uma determinação desta Casa de votar o mais rápido possível esse projeto.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que declara de utilidade pública a Associação Cultural de Arapongas - Art Hope, com sede e foro na Cidade de Arapongas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/09, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública o Centro de Educação João Paulo II, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/10, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2008. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2008.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/03/10.

(a) COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Francisco Bühner, Reni Pereira (abstenção) e Dobrandino da Silva.

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 069/09

P A R E C E R :

Do relatório

Vistos, os autos do processo TC-179832/09, que trata da prestação de contas do Governador do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2008, que fora encaminhada à esta Comissão de Tomadas de Contas sob Proposição nº 069/09, estando na época sob a responsabilidade do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, observo:

Em breve síntese, o parecer prévio do órgão auxiliar, ora Tribunal de Contas, foi pela aprovação com ressalvas das contas prestadas pelo Governador do Estado Sr. Roberto Requião, no exercício financeiro de 2008, seguidas de determinações e recomendações.

O Ministério Público ao analisar as contas sobre o aspecto da gestão, o fez observando os limites traçados na Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo certo que com relação aos limites impostos pelo sistema constitucional legal vigente, entendeu o membro do *parquet*, ter ocorrido o seu efetivo cumprimento.

A Diretoria Estadual de Contas, após o devido contraditório opinou pela regularidade das contas do Poder Executivo exercício 2008, com ressalvas.

A Diretoria Jurídica, através do Parecer nº 62327/09, corroborou com o exame instrutivo e opinou pela regularidade das Contas do Poder Executivo Estadual, no exercício financeiro 2008, com as ressalvas, constante na Instrução nº 052/09 fls. 170-190.

Compulsando os autos, observo que as contas foram prestadas pelo Chefe do Executivo nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 21 da Lei Complementar nº 113/05, ora denominada Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná, Lei Federal nº 4320/64, e demais dispositivos elencados nas Constituições Federal e Estadual, oportunizando ao Tribunal de Contas a emissão de Parecer Prévio conforme já mencionado, passo a opinar acerca da matéria.

Da função do Tribunal de Contas

Preliminarmente cumpre salientar que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar e de orientação do Poder Legislativo, embora a ele não esteja subordinado, praticando atos de natureza administrativa, concernentes basicamente a administração.

Resta indubitável, que o julgamento das Contas do Chefe do Poder Executivo é poder/dever atribuído ao Congresso Federal, no âmbito federal (artigo 49, IX da Constituição Federal), das Assembleias Legislativas no âmbito Estadual (artigo 54, XVI) e das Câmaras Municipais no âmbito Municipal (artigo 31 da Constituição Federal), quando submetido a análise em Sessão Plenária.

Assim, registre-se nesta comissão, que o parecer do relator tem caráter meramente administrativo enunciativo, o que, implica dizer que, nesse caso, o relator limita-se uma opinião sobre determinado assunto, seguindo o processo analisado, o seu tramite normal conforme previsão no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Trata-se de parecer administrativo obrigatório, não vinculante, em que a norma o exige como pressuposto para a prática de um ato final, no caso, o julgamento das contas, a ocorrer em ato solene, sem a obrigatoriedade de ser acatado quando presente na pauta de votação em Plenário, momento em que as contas recebem a aprovação ou reprovação conforme dispositivos legais já mencionados anteriormente.

Logo, o parecer aqui exarado sobre as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, no exercício 2008, não interferem nem condicionam o posterior julgamento destas, quando analisadas em Plenário.

Podendo o Chefe do Executivo, responder na forma da lei, se por maioria absoluta, os Parlamentares entenderem que as ressalvas e recomendações apontadas nos pareceres do Tribunal de Contas e Ministério Público constituem não somente erros administrativos passíveis de medidas corretivas, mas, prejuízo ao erário público, conforme o disposto no artigo 75, inciso II, da Constituição Estadual;

Do mérito

Em que pese, haver nos autos o apontamento de diversas ressalvas a exemplo de:

divergências identificadas na conciliação entre valores previstos e executados no Balanço Geral do Estado e as informações prestadas pelas empresas estaduais;

a inexistência de inventário atualizado e confiável dos ativos do BANESTADO, gerenciados pela Agência de Fomento do Paraná;

a ausência de registro de todas as operações envolvendo ativos do BANESTADO;

a extrapolação, em 0,26%, do limite constitucional relativo à utilização dos recursos liberados;

o não cumprimento do mandamento constitucional quanto ao percentual da Receita Tributária investido em ações voltadas à Ciência e Tecnologia;

Seguidas de diversas recomendações de determinações, aquelas não constituem motivos suficientes a caracterizar prejuízo ao erário público, capaz de embasar processo de improbidade administrativa.

Com efeito, Flavia Cristina Moura de Andrade, em sua Livro de Elementos de Direito Administrativo aduz que:

Improbidade Administrativa é o ato de imoralidade qualificada pela lei que importa em enriquecimento ilícito do agente, prejuízo ao erário e/ou violação dos princípios da Administração Pública, e que enseja, em processo judicial promovido pela pessoa jurídica lesada ou pelo Ministério Público...

Neste diapasão, entendo que as 21 (vinte e uma) ressalvas, apontadas pela unidade técnica, não restou caracterizado prejuízo ao erário, pelo que fica afastada a hipótese de improbidade administrativa.

Entendo haver nas contas apresentadas, erros operacionais e gerenciais (sistemas), capazes de serem corrigidos com medidas corretivas urgentes, precedidas de autorias que garantam o saneamento efetivo das ressalvas apresentadas.

Da conclusão

Assim, levando em consideração o parecer do Órgão Auxiliar desta Casa de Leis, bem como o parecer do Ministério Público somado ao parecer da Diretoria Jurídica do TC, que após análise pormenorizada das contas apresentadas no exercício 2008 do Governador do Estado, deram parecer pelas regularidade das contas considerando algumas ressalvas, capazes de correção por parte do Poder Público, nosso parecer é favorável a aprovação da prestação de contas apresentada, condicionado as ressalvas e recomendações por aqueles apontadas.

É o parecer favorável, com as respectivas ressalvas, recomendações e determinações.

Sala das Comissões, em 09/03/10.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS PROPOSIÇÃO N° 069/09

P A R E C E R :

As contas do Governador do Estado do Paraná são avaliadas inicialmente pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e, após passam pelo julgamento da Casa Legislativa Estadual, consoante exposto nos seguintes artigos da Carta Magna Estadual:

Art. 75 O controle externo a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I - Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em 60 dias a contar de seu recebimento;

Art. 54 Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

XVI - Julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado e apreciar os relatórios sobre a execução dos Planos de Governo;

Ante ao listado acima, cabe a este membro da Comissão, a partir da análise efetivada pelo Tribunal de Contas exarar parecer pela aprovação ou não das contas governamentais, considerando que:

1 - A fiscalização das contas dos exercentes de cargos públicos é providência inerente à forma Republicana de Governo. Não se trata apenas de dar transparência aos gastos, mas de auditá-los a verificar a conformidade deles com a própria Constituição e as Leis, responsabilizando os maus administradores.

2 - Os titulares do Poder Executivo - Presidente, Governador e Prefeito - se submetem a regime diferenciado do exame de contas, no qual o órgão competente é o Poder Legislativo correspondente, funcionando os Tribunais de Contas, como auxiliares.

3 - A Constituição não atribui aos Órgãos de Contas, a última palavra em se tratando das Contas do Chefe do Poder Executivo. Ele deve ser interpretado em harmonia com o artigo 71, da Lei Maior. Para as contas dos Administradores em geral, o Tribunal de Contas tem a última palavra. Para as contas do Presidente, Governador e Prefeito, o exame político, a cargo do Poder Legislativo, é que encerra a procedimento.

4 - A Constituição criou mecanismos de controle interno e externo das contas da Administração Pública, Direta e Indireta. Para o controle externo, ela enalteceu o papel do Poder Legislativo e dos Tribunais de Contas. Estes últimos funcionarão ora como Órgãos Auxiliares do Poder Legislativo, ora como Órgão Autônomos competentes para o exame das contas.

5 - Sendo certo que deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou que assuma obrigações de natureza pecuniária. Não é certo que o procedimento de responsabilização seja idêntico para todos.

O Tribunal de Contas apresentou parecer, consubstanciado no Processo n° 17983-2/09-TC. Por este processo, devidamente instruído e de modo embasado, foram apontados diversos descumprimentos, consoante se denota pelos apontamentos feitos. Por fim, o parecer foi pela aprovação, com inúmeras ressalvas.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, por sua vez, reiterou os pontos abordados pelo Tribunal de Contas, dando voto pela aprovação das contas do Sr. Governador, haja vista a inexistência de grave desvio ou irregularidade nas contas apresentadas, relativas ao exercício financeiro de 2008.

Este relator, respeitosamente, diverge do posicionamento exarado pelos órgãos citados, isto porque, com espeque no estudo técnico, não se vê possibilidade de aprovação das contas do Governador do Estado. Pontos da mais alta relevância foram descumpridos, mostrando afastamento das determinações legais por parte do Chefe do Poder Executivo. Dentre as irregularidades, destacamos:

a) não cumprimento do limite constitucional de 2% para o setor de Ciência e Tecnologia, conforme fl. 919 do processo. Em que pese não bastar uma visão quantitativa, temos que o investimento em ciência e tecnologia representada compromisso do Estado com a evolução, fator este que pode ser um diferencial estatal, se comparado a outros entes federados;

b) excesso da utilização de créditos adicionais, o que desvirtuou o orçamento inicialmente traçado, conforme fl. 670.

c) na página 869 e seguintes, o Tribunal de Contas deixa claro que há fragilidade no controle do ativos, incluindo nisto a ausência de inventário atualizado de bens. Ao argumento de que esse controle não seria viável, o Estado tenta afastar esse erro. Inobstante, o órgão técnico foi enfático ao recomendar que se efetive auditoria para apuração de créditos, especialmente na situação do BANESTADO/Itaú. Esta recomendação lembra que não ocorre um controle absoluto da evolução patrimonial estadual, o que pode vir a comprometer a execução orçamentária, dentre outros efeitos.

d) descumprimento de parte de alguns órgãos/ entes no tocante ao gasto com publicidade, inclusive institucional, conforme fl. 855. Pior ainda é que a Secretaria de Estado da Comunicação Social declara não ter condições de controlar os gastos, o que degenera o controle amplo, por parte dos órgãos técnicos, propiciando ainda propensos excessos nos gastos. Aliás, temos que essa omissão no controle compromete ainda o princípio da publicidade e até mesmo da legalidade, constantes do artigo 37 da Carta Magna;

e) outro aspecto a ser citado é o constante na fl. 864, pelo qual se denota que houve falha de registro na Contabilidade Geral do estado, no que se refere as receitas advindas do BANESTADO;

f) entre as páginas 876 a 882 fica patente que o Tribunal de Contas considera o sistema vigente de informação e comunicação entre os órgãos estaduais, falho, de forma a recomendar que seja efetuado avanço neste sentido. Nesta senda, diz-se ainda que há uso corrente do dito contrato “guarda-chuva”, que afora dúvidas, também tende a obstaculizar o controle e o detalhamento das atividades estatais;

g) inúmeras recomendações, ressalvas e determinações apontadas em exercícios anteriores não restaram atendidas, segundo fl. 694;

h) inefetividade do controle interno no Poder Executivo, ou seja, inexistente o controle dentro do próprio Poder Executivo. Em sendo assim, muito mais prejudicado o controle externo, neste caso efetivado pelo Poder Legislativo;

i) baixa efetividade de recuperação de créditos oriundos da dívida ativa, fato este que pode vir a atestar o descumprimento de interesse público, ante a ausência de arrecadação, assim disposto na fl. 675 e seguintes;

j) realização de despesas com propaganda em valor superior ao autorizado por PADVs (fl. 671). Vale lembrar neste ponto que o desrespeito ocorreu no exercício de 2006, mas ainda não foi corrigido, demonstrando patente desrespeito do Chefe do Poder Executivo às Resoluções n°s 258/95 e 003/95, bem como às recomendações anteriores do Tribunal de Contas.

Cumpre-nos dizer que o Tribunal de Contas possui a prerrogativa de aprovação das contas com ressalvas, no anseio de que as recomendações venham a ser atendidas. Por outra via, o presente parecer não pode deter tal circunstância, pelo que nossa análise é pela rejeição das contas prestadas pelo Governo do Estado do Paraná.

Inicialmente, a conduta do Chefe do Poder Executivo se enquadra na Lei n° 1079/50, que trata da responsabilidade dos Chefes dos Poderes dentre outras disposições. Por tal lei, tem-se que:

Art. 1° São crimes de responsabilidade os que esta lei especifica.

Art. 2° Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis de pena do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República.

Art. 4° São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

V - A proibidade na administração;

VI - A Lei Orçamentária;

VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;

Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a Lei Orçamentária:

2 - Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;

3 - Realizar o estorno de verbas;

4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da Lei Orçamentária.

Art. 74. Constituem crimes de responsabilidade dos Governadores dos Estados ou de seus Secretários, quando por eles praticados, os atos definidos como crimes nesta lei.

Prosseguindo, é de se lembrar ainda a Lei n° 8429/92, que trata, dentre outras condutas, daquelas que conflitam com princípios constitucionais, desaguando em proibidade administrativa. Por tal lei:

Art. 5° Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

I - na hipótese do artigo 9°, perda dos bens ou valores dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 anos;

II - na hipótese do artigo 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco à oito anos, pagamento de multa civil e de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III - na hipótese do artigo 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo Único. Na fixação das penas previstas nesta lei o Juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

No âmbito eleitoral, a Lei Complementar n° 064/90, traz a seguinte disposição:

Art. 1° São ineligíveis:

I - para qualquer cargo:

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irreversível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

Sendo que, dentre outros legitimados, o Ministério Público possui competência para que as providências necessárias, encaminha-se o presente parecer ao órgão ministerial.

Sendo este o estudo necessário, nosso parecer é pela reprovação das contas estaduais no exercício de 2008, pelo desrespeito aos preceitos constitucionais e legais atinentes ao tema.

Por ser esta a conclusão, requer-se ainda o envio do parecer ao Ministério Público do Paraná, para que este tome as medidas cabíveis no âmbito administrativo, cível e criminal, responsabilizando e imputando ao Chefe do Poder Executivo as sanções cabíveis pelo desatendimento dos preceitos citados.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/11/09.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Aprovado.

Registre-se o voto contrário dos Deputados: Reni Pereira, Elio Rusch, Pastor Praczyk e Plauto Miró.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA DA PROPOSIÇÃO N° 003/10 - Veto parcial aposto ao Projeto de Lei n° 540/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 086/09, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2010. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC N° 224/09.

Curitiba, 29/12/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 432/09, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1°, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 540/09, por considerar as partes vetadas contrárias ao interesse público, pelos motivos adiante transcritos.

Objetiva o autógrafo estimar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro de 2010, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do parágrafo 1º, do artigo 26, do artigo 29 e do artigo 30.

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, analisando o assunto, emitiu a adiante transcrita informação, cujas razões faço do veto ora aposto:

“Informamos que foram as seguintes modificações procedidas na Proposta Orçamentária para o Exercício de 2010, que originou o Projeto de Lei nº 540/09:

I - No artigo 8º, a Reserva de Contingência foi alterada de R\$ 49.091.750 (quarenta e nove milhões noventa e um mil, setecentos e cinquenta reais) para R\$ 931.350 (novecentos e trinta e um mil, trezentos e cinquenta reais), em decorrência de cancelamento para atender as emendas legislativas, ficando o Estado em dificuldades de atendimento de situações emergenciais, não prejudicam entretanto, a aprovação do projeto de lei.

II - No artigo 13 foram procedidas as seguintes alterações:

a) no inciso II, o percentual foi alterado de 10% para 2%, ficando igual ao percentual das Leis Orçamentárias de 2008 e 2009, e não prejudicando a aprovação do projeto de lei;

b) no inciso V, o percentual foi alterado de 20% para 10%, mantendo o percentual para o exercício de 2009, mas não prejudica a aprovação do projeto de lei;

c) no inciso VII, foi alterado o percentual de 20% para 10%, mantendo o percentual autorizado para os exercícios de 2008 e 2009, não prejudicando a aprovação do projeto de lei.

III - Procedida alteração na redação do artigo 14 do projeto original, ficando:

“Art. 14. Fica automaticamente ajustado o anexo de vinculações em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações e nas programações contidas nos anexos desta lei. A inclusão não prejudica a aprovação do projeto.

IV - Procedidas as seguintes alterações na redação do artigo 26:

a) excluído o parágrafo com a seguinte redação: § 1º Fica excluída das exigências do contido no *caput* deste artigo a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes. A exclusão prejudica a aprovação do projeto de lei, pois a APPA havia sido preservada no projeto original, em razão de que não recebendo recursos do Tesouro Geral do Estado, o recolhimento de 80% do seu superávit financeiro poderá inviabilizar seu funcionamento, pois qualquer intempérie pode ocasionar o assoreamento do canal por onde transitam os navios inviabilizando a entrada e saída do porto, além do que, os projetos de melhorias e ampliações no cais, podendo vir a prejudicar de forma irreversível o funcionamento da unidade.

b) incluída no final do texto do parágrafo 1º a expressão vias urbanas. É importante destacar que não é de atribuição do Batalhão de Polícia Rodoviária ou do Departamento de Estradas de Rodagem a sinalização de vias urbanas. Sugerimos o veto do parágrafo.

c) inclusão de novo parágrafo (parágrafo 3º) com a seguinte redação: “Fica excluída das exigências do contido no *caput* deste artigo os recursos do Fundo para Infância e Adolescência - FIA”. A inclusão não prejudica a aprovação do projeto.

V - Incluído artigo 29 com a seguinte redação: “Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar no Orçamento de 2010, o valor de R\$ 15.800.000 (quinze milhões e oitocentos mil), para implementar na Secretaria de Estado da Segurança Pública o Programa Patrulha Escolar Comunitária, através do - BPEC e Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, utilizando como recursos o excesso de arrecadação da receita de impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4320 de 17/03/64”.

Apesar do artigo ser autorizatório, salientamos que todo e qualquer excesso de arrecadação da receita de impostos, obedece critérios de vinculações constitucionais e legais, conforme especificação a seguir:

ICMS = 81,64% de vinculação (sendo 25% aos Municípios, 20% de contribuição ao FUNDEB, 17,90% aos outros Poderes, 30% ao Ensino Público, 12% para Ações e Serviços Públicos de Saúde e 2% para Ciência e Tecnologia);

IRRF = 61,90% de vinculações (sendo 17,90% aos outros Poderes, 30% ao Ensino Público, 12% para Ações e Serviços Públicos de Saúde e 2% para Ciência e Tecnologia);

IPVA = 87,76% de vinculação (sendo 50% aos Municípios, 20% de contribuição ao FUNDEB, 17,90% aos outros Poderes, 30% ao Ensino Público, 12% para Ações e Serviços Públicos de Saúde e 2% para Ciência e Tecnologia);

ITCMD = 75,62% de vinculação (sendo 20% de contribuição ao FUNDEB, 17,90% aos outros Poderes, 30% ao Ensino Público, 12% para Ações e Serviços Públicos de Saúde e 2% para Ciência e Tecnologia).

Assim é imprudente fixar montantes de recursos para novas despesas, em decorrência de um suposto excesso de arrecadação de receitas de impostos, sem considerar toda a carga de vinculações que recai sobre estas receitas.

Além das razões já detalhadas, salientamos que o artigo 29 é inconstitucional, pois fere a Constituição Federal em seu artigo 167, inciso IV, e o artigo 135, inciso IV da Constituição Estadual. Desta forma sugerimos o veto do referido artigo.

VI - Incluído o artigo 30 com a seguinte redação: “Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar no Orçamento de 2010, recursos no valor de R\$ 122.400.000 (cento e vinte e dois milhões e quatrocentos mil reais), para atendimento das programações estabelecidas no anexo IX desta lei, utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2009 ou da arrecadação do DETRAN efetivada durante o exercício de 2010, bem como do excesso de arrecadação da receita de impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º,

artigo 43, da Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964.” O artigo 27 já autoriza o repasse de recursos do DETRAN até o limite de R\$ 150.000.000, para o DER, como será possível vincular mais recursos? Além disso excesso de arrecadação da receita de impostos, como já mencionado no item V, obedece critérios de vinculações constitucionais e legais. Para a inclusão de emendas ao Orçamento é necessário que sejam definidas programações a serem canceladas para suportar as novas demandas. Assim sugerimos o veto do referido artigo.

Além do acima exposto, também o artigo 30 é inconstitucional, pois fere a Constituição Federal em seu artigo 167, inciso IV, e o artigo 135, inciso IV da Constituição Estadual. Desta forma sugerimos o veto do referido artigo.

VII - Inclusão do artigo 31, com a seguinte redação: “Passam a integrar a presente lei os anexos VII, VIII, IX e X, devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.” Este artigo foi incluído para garantir que os anexos que tratam das emendas passem a integrar a lei orçamentária. Somos pela sua manutenção.

Resumindo sugerimos os seguintes vetos:

- a) do parágrafo 1º do artigo 26;
- b) do artigo 29; e
- c) do artigo 30.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei, cujas razões submeto a consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 540/09, encontra-se publicado, em sua íntegra, no DA nº 155/09, de 14/12/09, em 1º discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
À PROPOSIÇÃO DO VETO Nº 003/10

P A R E C E R :

Do projeto

O Projeto de Lei nº 540/09, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 086/09, tem por escopo dispor sobre o orçamento geral do Estado para o exercício de 2010, sendo este aprovado por esta Casa em Sessão Plenária e encaminhado ao Governador do Estado para vetar ou sancionar, sendo que o mesmo, manifestou veto parcial.

Sendo vetado o parágrafo 1º do artigo 26, do artigo 29 e do artigo 30, da redação final do Projeto de Lei nº 540/09, pelo Executivo por considerar contrários ao interesse público.

Previsão legal

Compete privativamente ao Governador, vetar projeto de lei, em todo ou em parte no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento.

A Constituição Estadual no artigo 87, inciso VII c/ c 71, parágrafo 1º, assevera que:

*Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)*

VII - vetar projeto de lei, total ou parcialmente;

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projetos de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, institucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

Encaminhado ao Governador do Estado, sendo o projeto de lei vetado parcialmente dentro do prazo constitucional.

Diante do exposto, a proposição de Veto nº 003/10, deverá ser apreciado em Sessão única, conforme assegura o artigo 71, parágrafo 4º, da Constituição Estadual.

Assim, o presente veto deverá ser encaminhado ao plenário para votação.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

Em votação.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura, para encaminhar.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, dizer aos Deputados e Deputadas desta Casa, que o Governador Requião vetou três artigos. Um dos artigos diz respeito às emendas dos Deputados desta Casa. Evidentemente que não podemos concordar com esse veto, porque o orçamento foi elaborado em comum acordo, que tramitou por esta Casa da maneira mais tranquila, onde fizemos um esforço para colher todas as emendas dos Deputados Estaduais. O Governador Requião achou por bem votar as emendas. Dessa forma, quero encaminhar pela derrubada do veto, uma vez que são apenas três artigos de uma lei que tinha quase 40 artigos.

Éra esse o encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Presidente, o Presidente da Comissão de Orçamento desta Casa, Deputado Nereu Moura, com os demais integrantes dessa comissão, realizou com a assessoria competente, Ana Beatriz e demais técnicos, e chegamos a uma peça orçamentária que resultou em uma lei, que é fruto de um entendimento desta Casa. Os vetos que foram apostos pelo Governador do Estado,

Chefe do Poder Executivo, são muito mais pela postura do Governador, do ponto de vista de que esses vetos possam conter alguma lesão, qualquer que seja, ao interesse público. Pelo contrário, são emendas que foram oferecidas, que poderão ou não ser executadas. E dispositivos que permitem expor o Poder Executivo de absoluta segurança, naquilo que é a gestão orçamentária e financeira do Estado.

Nesse sentido, encaminhado de forma respeitosa ao veto que foi apostado pelo Governador, mas considerando que a peça orçamentária é o momento que esta Casa tem para colocar, de uma forma absolutamente legal e constitucional, aquilo que tem como entendimento. O relatório do Deputado Nereu Moura, que foi votado nesta Casa, é fruto do entendimento que ela construiu, dando ao Poder Executivo absoluta tranquilidade para governar o Estado.

Recomendar à nossa bancada que vote com a expressão NÃO, para poder, de fato, derrubar o veto e com isso, de forma bem objetiva, fazer prevalecer aquilo que foi o entendimento construído pelo diálogo, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Gostaria de cumprimentar, primeiro o Deputado Nereu Moura, que foi relator no ano passado do orçamento deste ano. Foi um trabalho árduo dele com todos os Deputados integrantes da Comissão de Orçamento, junto com sua equipe técnica, liderada pela Ana Beatriz, para colher as emendas dos Parlamentares, independente de Oposição ou Situação, inclusive fazendo menção dos recursos onde teriam origem, para dar cobertura à essas emendas. Tudo isso foi elencado em um trabalho árduo e difícil, em um entendimento não só dessa comissão, mas com os Deputados aqui da Casa Legislativa, destinando um certo valor, para que cada Deputado pudesse apresentar as suas emendas. A Casa tem sempre primado por isso.

Deputado Zucchinho, V. Exa. que preside a Sessão de hoje, em um entendimento daquilo que se faz no plenário, deverá ser mantido. O Governador tem todo o direito de sancioná-lo, vetá-lo, ou devolvê-lo para a Casa, para que esta possa promulhá-lo. O Governador entendeu por bem vetar alguns artigos e cabe agora ao Plenário manter o veto ou derrubá-lo. Agradecer também o Deputado Romanelli, Líder do Governo, que teve essa mesma grandeza, como o Deputado Nereu Moura em não aceitar o veto do Governador Roberto Requião e que também pede a derrubada desse veto para que o entendimento que houve aqui na Casa permaneça para que, num futuro, com toda certeza, diversos projetos poderão ser aperfeiçoados através deste entendimento. É isso que a Casa sempre tem primado.

Parabéns ao Deputado Nereu Moura, o reconhecimento, e o Deputado Romanelli da mesma forma. E pelo que dá para ver, derrubar o veto do Governador e que o orçamento se mantenha na íntegra de acordo com o substitutivo e com as emendas que foram acolhidas pela Comissão de Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para encaminhar**)

Presidente, hoje percebo aqui a união da Oposição com a Situação. Esse veto que estamos fazendo, alguns itens que o Governador vetou. Essa votação que vamos fazer para derrubar o veto é porque a Comissão de Orçamento da qual faço parte como Vice-Presidente, discutimos muito esses recursos que seriam destinados para o Estado do Paraná. Algumas emendas já foram contempladas pela comissão, fizemos lá um filtro deixando emendas constitucionais, emendas que beneficiam a população de uma maneira geral, em especial na área da Saúde. Lembro de emendas que apresentamos para a Santa Casa de Campo Mourão no valor de R\$ 2 milhões e que o Governador tinha vetado.

Hoje vejo um avanço do Poder Legislativo fazendo com que o que está aprovado na Lei do Orçamento seja realmente cumprido. É esse o nosso papel. Como o Governador vetou alguns itens, vamos agora juntos, Oposição e Situação, derrubar esse veto para beneficiar todo o povo do Paraná.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Atenção, Srs. Parlamentares, artigo 213, parágrafo 2º diz: *O veto será apreciado em Sessão única, dentro de 30 dias a contar do seu recebimento. Só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio no painel eletrônico.*

Então, os favoráveis à manutenção do veto votarão SIM, os contrários à manutenção do veto votarão com a expressão NÃO. Está em votação.

Encerrada a votação: 36 votaram NÃO; um votou SIM.

Portanto, está rejeitado o veto e mantido o projeto.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 580 a 602, 604 a 611, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 613 a 615, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 618, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Não recebido, conforme requerimento aprovado em 14/12/09, solicitando a desanexação.**

Requerimento nº 621, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 623 e 624, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 625 e 626, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 627, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 621 e 709/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº661/09 e do Projeto de Lei nº 041/10 e do Projetos de Resolução nº 005/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato

OFÍCIO Nº 031/10

Curitiba, em 16/03/10.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o extrato contendo em suma o resultado da reunião realizada em 16/03/10, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

Projeto de Lei nº 831/07 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 238/09 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 315/09 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 012/10 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 041/10 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 077/10 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 082/10 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 086/10 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 093/10 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 098/10 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 099/10 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 101/10 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 102/10 - Parecer Favorável.
 Projeto de Lei nº 103/10 - Parecer Favorável.
 Proposição Veto Parcial nº 007/10 - Parecer Favorável.

Projeto de Lei nº 503/08 - Parecer Contrário.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
 ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Ademar Traiano. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 621/09 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 251/08 de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Alexandre Curi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, sugerindo a transformação da matéria em indicação legislativa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 710/09 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, transformando em indicação legislativa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 726/09 de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Alexandre Curi e Cida Borghetti. O Sr. Deputado Duílio Genari SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 561/09 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado

Douglas Fabrício, transformando em indicação legislativa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 731/09 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. O Sr. Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 019/10 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior, sugerindo a transformação da matéria em indicação legislativa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 030/10 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 031/10 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 037/10 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior, sugerindo a transformação da matéria em indicação legislativa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 043/10 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 045/10 de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 13) Projeto de Lei Complementar nº 046/10 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 051/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 066/10 de autoria da Deputada Beti Pavin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 072/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO, com abstenção de votação do Sr. Deputado Reni Pereira; 17) Projeto de Lei nº 363/09 de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 695/09 de autoria do Deputado Fernando Scanavaca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 709/09 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 042/10 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 044/10 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Direitos Humanos e Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e dez, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Sr. Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Tadeu Veneri e Beti Pavin. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos passando para a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 639/09 de autoria dos Deputados Professor Lemos, Tadeu Veneri e Péricles de Mello, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. Relator: Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

Publicações Administrativas:

Diretoria de Apoio Técnico

Minutas de Contrato

MINUTA DE CONTRATO

Modalidade: Convite nº 014/10 - Protocolo 0918/10.
Objeto: Divulgar materiais de interesse desta Assembleia Legislativa.
Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Contratada: Engepublic Ltda.
Valor: R\$ 73.000,00 anuais.
Vigência: 15/03/10 à 31/12/10.
Dotação: 3390.3900.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

MINUTA DE CONTRATO

Modalidade: Convite nº 005/10 - Protocolo 0713/10.
Objeto: Divulgar materiais de interesse desta Assembleia Legislativa.
Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Contratada: Rádio e Televisão Gazeta do Paraná Ltda.
Valor: R\$ 75.900,00 anuais.
Vigência: 15/03/10 à 31/12/10.
Dotação: 3390.3900.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO